

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS
GERAIS UNIDADE FRUTAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM
CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

**PERSPECTIVAS E POTENCIALIDADES DE
INTEGRAÇÃO ENTRE AGROECOLOGIA
E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA:
UM OLHAR A PARTIR DO CONTEXTO DE
BELO HORIZONTE E REGIÃO METROPOLITANA**

**Gustavo Tofanin Cristofoli
Comunicador**

**FRUTAL-MG
2023**

GUSTAVO TOFANIN CRISTOFOLI

**PERSPECTIVAS E POTENCIALIDADES DE
INTEGRAÇÃO ENTRE AGROECOLOGIA
E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA:
UM OLHAR A PARTIR DO CONTEXTO DE
BELO HORIZONTE E REGIÃO METROPOLITANA**

Dissertação apresentada à Universidade do
Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal,
como parte das exigências do Programa de
Pós-Graduação em Ciências Ambientais,
para a obtenção do título de Mestre.

Orientador
Dr. Alexandre Túlio Amaral Nascimento

**FRUTAL-MG
2023**

Ficha Catalográfica da Obra

C933p Cristofoli, Gustavo Tofanin
 Perspectivas e potencialidades de integração entre
agroecologia e turismo de base comunitária: um olhar a
partir do contexto de Belo Horizonte e região metropolitana
/ Gustavo Tofanin Cristofoli. - Frutal. - 2023.
 102 f. : il., gráf., tab., mapas

 Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado
de Minas Gerais – Unidade Frutal, 2023.
 Orientador: Alexandre Túlio Amaral Nascimento.

 1. Agroecologia. 2. Conservação biocultural. 3.
Economia solidária. 4. Educação ambiental. 5. Turismo
de base comunitária. I. Nascimento, Alexandre Túlio
Amaral. II. Universidade do Estado de Minas Gerais –
Unidade Frutal. III. Título.

CDU 631.95

Catálogo na fonte

Bibliotecária: Gesiane Patrícia de Souza CRB-6/1894



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata

GUSTAVO TOFANIN CRISTOFOLI

**PERSPECTIVAS E POTENCIALIDADES DE INTEGRAÇÃO ENTRE AGROECOLOGIA E
TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: UM OLHAR A PARTIR DO CONTEXTO DE BELO
HORIZONTE E SUA REGIÃO METROPOLITANA.**

Dissertação apresentada a Universidade do Estado de Minas Gerais, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, na área de concentração Ciências Ambientais, Linha de Pesquisa Tecnologia, Ambiente e Sociedade, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 30 de junho de 2023.

Prof. Dr. Daniel Fonseca de Andrade - UNIRIO Rio de Janeiro

Prof. Dr. Ágnez de Lélis Saraiva - Fundação João Pinheiro Belo Horizonte

PROF. DR. ALEXANDRE TÚLIO AMARAL NASCIMENTO
ORIENTADOR



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Túlio Amaral Nascimento, Professor de Educação Superior**, em 30/06/2023, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Fonseca de Andrade, Usuário Externo**, em 03/07/2023, às 09:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ágnez de Lélis Saraiva, Usuário Externo**, em 03/07/2023, às 09:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **67905127** e o código CRC **122345D4**.

Referência: Processo nº 2350.01.0011010/2022-46

SEI nº 67905127

Dedico e ofereço
a Mãe Natureza, que possibilita
tudo o que há e que me provê
vida, força e equilíbrio.

“O meio ambiente
não é o espaço em que vivemos,
mas o espaço do qual vivemos”

Ana Maria Primavesi

AGRADECIMENTOS

À minha família, minha mãe Isabel, meu pai Belmiro e meu irmão Guilherme, por todo o apoio de vida, essencial para a formação e desenvolvimento do meu ser.

Às diversas e sublimes pessoas que compartilham a vida comigo, pelo companherismo e solidariedade, em especial ao Andrey, à Aline, ao Johnny, ao João e ao Marco, que me ofereceram apoio e colaboração em momentos decisivos.

À equipe de pesquisa, pelas aprendizagens e pela parceria, fundamentais para a realização de todas as etapas até aqui. À Elvira, pelo apoio crucial na abertura de caminhos e possibilidades de trabalho, assim como a participação e as orientações do Prof. Dr. Alexandre, basilares desde quando aceitou o desafio desse trabalho, quando era apenas uma ideia abstrata.

À Associação Horizontes Agroecológicos, à Associação AMANU – Educação, Ecologia e Solidariedade e à todos trabalhadores da agroecologia da região metropolitana de Belo Horizonte e do Brasil, que realizam o digno e inspirador trabalho de trazer mais saúde e vida à nossa alimentação, por mais árduo que seja esse desafio.

À Universidade do Estado de Minas Gerais e à todas as pessoas que a faz realidade, principalmente ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, aos colegas de turma e à todos outros professores que passaram pela minha vida, pelos exemplos, ensinamentos e encaminhamentos, pois o acesso à universidade pública, gratuita e de qualidade, me fornece esperança na construção de um futuro mais justo e sustentável.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo financiamento, de julho de 2022 a abril de 2023, fundamental para o desenvolvimento desse trabalho e da minha formação.

RESUMO

A agroecologia e o turismo de base comunitária (TBC), segundo a literatura científica, possuem intersecções basilares, que vão desde os princípios de autonomia coletiva local no estabelecimento de alternativas solidárias e democráticas, até a concepção de perspectivas sustentáveis de futuro baseadas na valorização e conservação de patrimônios bioculturais tradicionais e ancestrais. Este estudo se deu no fértil contexto agroecológico da região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), Minas Gerais, Brasil, com o objetivo de caracterizar o cenário de oportunidades e desafios para a proposição de soluções de integração entre agroecologia e TBC nesse território. Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória conduzida em cinco etapas: (i) apresentação da pesquisa em eventos da agenda da agroecologia em RMBH; (ii) identificação e seleção de agricultores representantes de espaços agroecológicos (EAs) interessados em participar da pesquisa e visita de alguns destes EAs; (iii) criação e mediação de um grupo de WhatsApp para comunicação e interação entre os participantes e os pesquisadores; (iv) elaboração, teste piloto, readequação e envio do questionário digital autoaplicável, composto por 31 questões (22 fechadas e 9 abertas), relativas às dimensões pessoais, agroecológicas, tecnológicas e turísticas dos respondentes; e (v) organização, análise e interpretação dos dados obtidos. A análise consistiu na utilização de estatísticas de posição e tendência central, para variáveis contínuas, distribuição de frequências absolutas e proporções para variáveis categóricas e análise de conteúdo temático, para os dados qualitativos. Foram exploradas, por fim, possíveis associações, por meio de teste qui-quadrado de Pearson ou teste Exato de Fisher, ao nível de significância de 5%. O questionário foi respondido por 33 representantes de EAs. Os resultados apontam que os participantes possuem compreensões do TBC alinhadas às da literatura científica. Foram relatadas experiências de recepção de visitantes, principalmente para propósitos educativos, científicos e de ‘visita de pares’ do Sistema Participativo de Garantia da conformidade orgânica. As dificuldades mais relatadas para agregar o TBC aos EAs são relacionadas à falta de tempo, de pessoal e de estrutura. Foram indicadas oportunidades de ressignificação de espaços ociosos e de oferta de experiências com atrativos culturais, naturais e gastronômicos nos territórios e em seus entornos, possibilitando roteiros em rede, por meio da economia solidária e da valorização da diversidade biocultural. Resultados endossam a predisposição em integrar o TBC aos EAs utilizando meios digitais, sob os princípios da Economia Solidária 2.0 e do cooperativismo de plataforma. Esforços nesse sentido têm potencial de contribuir para a diversificação da renda solidária das iniciativas agroecológicas, para a educação socioambiental emancipatória dos visitantes e para a reconexão humano-natureza sob a filosofia do Bem Viver.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Conservação biocultural. Economia solidária 2.0. Educação ambiental. Turismo agroecológico.

**PERSPECTIVES AND POTENTIAL FOR INTEGRATION BETWEEN
AGROECOLOGY AND COMMUNITY-BASED TOURISM:
A VIEW FROM THE CONTEXT OF BELO HORIZONTE
AND METROPOLITAN REGION**

ABSTRACT

Agroecology and community-based tourism (CBT), according to the scientific literature, have fundamental intersections, ranging from the principles of local collective autonomy in establishing solidary and democratic alternatives, to the conception of sustainable perspectives for the future based on valuing and conservation of traditional and ancestral biocultural heritage. This study took place in the fertile agroecological context of the metropolitan region of Belo Horizonte (MRBH), Minas Gerais, Brazil, with the objective of characterizing the scenario of opportunities and challenges for proposing integration solutions between agroecology and CBT in this territory. This is a descriptive and exploratory research conducted in five stages: (i) presentation of the research in events on the agroecology agenda in MRBH; (ii) identification and selection of farmers representing agroecological spaces (AS) interested in participating in the research, and visiting some of them; (iii) creation and mediation of a WhatsApp group for communication and interaction between participants and researchers; (iv) elaboration, pilot test, readjustment and sending of the self-applied digital questionnaire, composed of 31 questions (22 closed and 9 open), related to the personal, agroecological, technological and tourist dimensions of the respondents; and (v) organization, analysis and interpretation of the data obtained. The analysis consisted of using position and central tendency statistics for continuous variables, distribution of absolute frequencies and proportions for categorical variables, and thematic content analysis for qualitative data. Finally, possible associations were explored using Pearson's chi-square test or Fisher's exact test, at a significance level of 5%. The questionnaire was answered by 33 representatives of AS. The results indicate that the participants have understandings of CBT aligned with those of the scientific literature. Experiences of receiving visitors were reported, mainly for educational, scientific and 'peer visit' purposes of the Participatory System for Assurance of Organic Compliance. The most reported difficulties in adding CBT to AS are related to lack of time, personnel and structure. Opportunities were indicated for redefining idle spaces and offering experiences with cultural, natural and gastronomic attractions in the territories and their surroundings, enabling networked itineraries, through the solidarity economy and the appreciation of biocultural diversity. Results endorse the predisposition to integrate CBT to AS using digital resources, under the principles of Solidarity Economy 2.0 and platform cooperativism. Efforts in this direction have the potential to contribute to the diversification of solidary income from agroecological initiatives, to the emancipatory socio-environmental education of visitors and to the man-nature reconnection under the philosophy of *Buen Vivir*.

Keywords: Agroecological tourism. Biocultural conservation. Environmental education. Family farming. Solidarity economy 2.0.

SUMÁRIO

	Página
1. INTRODUÇÃO	14
1.1 Objetivo geral	18
1.1.1 Objetivos específicos	18
2. REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 Agroecologia	19
2.2 Turismo de base comunitária	22
2.3 Interfaces entre a agroecologia e o turismo de base comunitária	26
2.3.1 Educação ambiental para a emancipação	29
2.3.2 Conservação da diversidade biocultural	30
2.3.3 Economia solidária e tecnologias sociais	32
3. MATERIAL E MÉTODOS	36
3.1 Percurso metodológico	36
3.2 Caracterização do território	38
3.3 Coleta de dados	38
3.3 Análise de dados	39
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	41
4.1 Perfil dos(as) respondentes	41
4.2 Perfil agroecológico	42
4.3 Perfil tecnológico	47
4.4 Perfil turístico	49
5. CONCLUSÃO	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68
ANEXOS	80
APÊNDICES	87

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapas das agriculturas da RMBH identificadas pelo trabalho de caracterização e mapeamento do grupo AUÊ! UFMG	37
Figura 2 - Categorias da compreensão dos respondentes acerca do que é o turismo de base comunitária (TBC)	50
Figura 3 - Frequência menções de palavras nas respostas à pergunta sobre o que é turismo de base comunitária, representadas em nuvem de palavras	51
Figura 4 - Distribuição de frequência dos meses de preferência para recepção de visitantes	55
Figura 5 - Meses de preferência para recepção de visitantes e frequência de meses de preferência por respondente	56
Figura 6 - Frequência absoluta por categoria de perfil de visitante que os respondentes gostariam de receber nos EAs	58
Figura 7 - Frequência absoluta por categorias de perfil de visitantes que os respondentes não gostariam de receber nos EAs	59
Figura 8 - Frequência absoluta por categorias de dificuldades e desafios que os respondente consideram para receber visitas turísticas nos EAs	61
Figura 9 - Frequência absoluta por categorias de oportunidades e facilitadores que os respondentes consideram para receber visitas turísticas nos EAs	62
Figura 10 - Frequência absoluta por categorias derivadas dos comentários adicionais dos respondentes sobre a relação entre a agroecologia e o turismo de base comunitária	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Iniciativas que utilizam práticas agroecológicas como atrativos turísticos, segundo regiões do país e estudos nos quais as iniciativas foram investigadas	28
Tabela 2 - Perfil dos respondentes representantes dos Espaços Agroecológicos (EAs) à pesquisa com frequências absolutas e relativas das variáveis amostradas	42
Tabela 3 - Atividades agroecológicas desenvolvidas nos EAs amostrados e seu potencial turístico com suas frequências absolutas e relativas	44
Tabela 4 - Características territoriais e organizacionais dos EAs com frequências absolutas e relativas das variáveis investigadas	47
Tabela 5 - Perfil tecnológico dos respondentes com as frequências absolutas e relativas das variáveis sobre o perfil tecnológico	49
Tabela 6 - Perfil turístico dos EAs com as frequências absolutas e relativas das variáveis investigadas	53
Tabela 7 - Associação entre escolaridade e satisfação com a renda	65
Tabela 8 - Associação entre escolaridade e capacidade de recepção (nº visitantes)	65

PRÓLOGO

Experimentar e vivenciar outras formas de existência em distintas realidades sociais e naturais me enriqueceu com o que há de mais valioso, nossos conhecimentos e nossas culturas, transformando e ressignificando minha visão de mundo, me conduzindo a idealização e a realização deste trabalho e pesquisa de mestrado nas Ciências Ambientais.

Nasci no interior, na região noroeste do Estado de São Paulo, em 1993, terra amplamente dedicada à agricultura convencional, que não me possibilitou conhecer ambientes naturais de conservação durante a infância e a adolescência, até que, na graduação, com a oportunidade realizar estágios em instituições de ensino, pesquisa, extensão e capacitação, fui apresentado à agroecologia e a outros conceitos relacionados à conservação e à sustentabilidade. A partir disso, almejei expandir minhas experiências, me propondo a mergulhar em outras realidades. Foi então que realizei um intercâmbio voluntário em projetos sociais na Colômbia, entre 2015 e 2016, que me proporcionou a possibilidade de enxergar o mundo com outro olhar e me sensibilizou para compreender a existência das inúmeras formas de se viver e de se expressar. Além disso, foi lá que visitei pela primeira vez uma Unidade de Conservação, o Parque Nacional de Tayrona, no norte da Colômbia, onde conheci povos originários e pude ter algumas vivências junto a eles. Esta experiência me levou a compreender a real importância da preservação e da conservação da natureza e das tradições culturais como a melhor forma de possibilitar um futuro saudável, de coexistência com todas as expressões da vida.

Alguns anos após alcançar o título de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda, em 2017, coloquei-me em profunda experimentação novamente, viajando cerca de um ano e meio pelo Brasil, cruzando diferentes biomas e culturas, passando por doze estados e imergindo em distintas formas de existências comunitárias, algumas agroecológicas. Durante este período trabalhei em diversos momentos, direta ou indiretamente, com o turismo, em diferentes contextos – desde resorts luxuosos que são agentes da gentrificação até centros culturais que perpetuam manifestações artísticas populares tradicionais.

Foram essas vivências que me sensibilizaram e chamaram a minha atenção para a divina interdependência solidária que provê a vida. Comecei a me instigar e a me interessar genuinamente pelo potencial da revolução sustentável da agroecologia, da resistência das organizações sociais populares e pelo poder de sensibilização e conscientização do turismo nesses contextos em que a natureza humana e não humana se integram. Esse percurso me trouxe

às Ciências Ambientais e a esta pesquisa de mestrado, motivado pela possibilidade de buscar melhor compreender e fomentar movimentos de transição agroecológica para um mundo mais saudável e sustentável para todas as manifestações da vida. Afinal, como nos ensina Ernst Götsch, “*a vida não é estática, ela é um fluxo [...]*” (GÖTSCH, 1997, p. 07).

Assim, esperançoso na cocriação de sociedades mais sustentáveis, justas e igualitárias, é que exploro neste meu mestrado as possibilidades e as potencialidades do encontro entre o movimento agroecológico, o turismo de base comunitária e as força das comunidades da agricultura urbana e agroecológica da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

1. INTRODUÇÃO

No processo histórico de relação direta com a natureza, o ser humano de modo longo e contínuo dominou o cultivo de inúmeras espécies e culturas agrícolas, algumas essenciais na alimentação humana global até os dias atuais (SANTILLI, 2009). Mas a diversidade de métodos de cultivo e de utilização das plantas foi radicalmente reduzida nos últimos 500 anos em todo o planeta, nos mais diferentes locais e momentos da história humana recente, em prol da ampliação da lucratividade e da produtividade, desprezando valiosos conhecimentos tradicionais e povos que os salvaguardavam (ANTONELLI, 2023).

Há séculos, ao menos desde a colonização do sul pelo norte global, os saberes de grupos tradicionais e povos originários seguem sendo menosprezados e dizimados (ANTONELLI, 2023; FERDINAND, 2022). A globalização, por sua vez, com a imposição de um mercado dito global, reforçou o poder de homogeneizar as atividades humanas, extinguindo diversidade biocultural, gerando diversos problemas sociais e profundas desigualdades (SANTOS, 2000). Enquanto acontece a padronização para atender aos interesses dos agentes hegemônicos, o consumismo é incitado e cultuado, alienando a humanidade e distanciando as pessoas de uma cidadania diversa e legitimamente global, que contemple a real pluralidade de existências (ANTONELLI, 2023; SANTOS, 2000).

Os impactos da globalização, incluindo a imposição de meios massivos de produção de alimentos, com componentes derivados da Revolução Industrial, na denominada Revolução Verde, acarretaram inúmeras mudanças, como o cultivo restrito a espécies de alto rendimento, o uso intensivo de maquinários, de biotecnologias de modificação genética e de agroquímicos para viabilizar e potencializar a monocultura e a produtividade em larga escala (ANTONELLI, 2023; GUIMARÃES; NASCIMENTO, 2021). Essas imposições ditaram as correlações entre diversos setores estruturais da sociedade, em uma cadeia global, em função das demandas do modelo agroexportador capitalista, que resultou na dissolução das singularidades e harmonias locais (PAULA; COSTA; PAULA, 2022; SANTOS et al., 2020).

Apesar desse modelo massificante do agronegócio empregar e impulsionar conhecimentos de alguns ramos da ciência e artifícios tecnológicos eficientes, produtivos e rentáveis aos indicadores econômicos, ele também colabora para o senso de afastamento gradativo do humano com a natureza, na medida em que rompe os vínculos com a terra, com a produção de alimentos e com todo o ambiente (SANTOS et al., 2020). Ao mesmo passo, a agricultura convencional e industrial favorece a fabricação de alimentos ultraprocessados e

dietas monótonas, pouco diversas e nutritivas, adoecendo as pessoas e os ecossistemas (ELVER; TUNACK, 2017; PAULA; COSTA; PAULA, 2022).

Esse modo de produção agrícola, pautado na monocultura, também contribui diretamente para a perpetuação e o agravamento de problemas sociais, como o êxodo rural, a concentração de renda e de terras, que afetam a qualidade de vida e a saúde da população (PAULA; COSTA; PAULA, 2022). Há também inúmeras externalidades negativas no campo ambiental, como a intensificação da emergência climática e das emissões de gases do efeito estufa, a contaminação de corpos d'água e a insegurança hídrica, a erosão da biodiversidade, o desmatamento e a exploração ilegal de áreas protegidas, o desequilíbrio dos ciclos biogeoquímicos, especialmente do nitrogênio e do fósforo, agravando a violação dos limites planetários (ELVER; TUNACK, 2017; PAULA; COSTA; PAULA, 2022; PERSSON et al., 2022).

A agroecologia apresenta-se como alternativa sustentável à agricultura convencional. Segundo Altieri e Nicholls (2004), a agroecologia é uma abordagem integrada que busca promover sistemas agrícolas sustentáveis, utilizando-se de práticas ecológicas para melhorar a fertilidade do solo, controlar pragas e doenças, e promover a biodiversidade. Além disso, a agroecologia promove a equidade social e a participação dos agricultores em todo o processo produtivo (GLIESSMAN, 2000). A adoção da agroecologia pode levar a uma maior soberania e segurança alimentar e nutricional, bem como a uma redução nos impactos ambientais da agricultura (IANNOTTI et al., 2016).

Comparado à agricultura, o turismo emergiu mais recentemente na história cultural humana – ao menos como o conhecemos atualmente. A concepção de turismo cunhada nos últimos séculos emergiu de maneira atrelada à revolução industrial do século XVIII, que possibilitou meios de transporte mais eficientes devido à implementação de tecnologias e conhecimentos científicos e a divisão do tempo da vida humana entre trabalho e não-trabalho, fruto de conquistas das lutas trabalhistas à época. Essa combinação viabilizou o início da oferta de atividades e serviços turísticos (HALLACK; BURGOS; CARNEIRO, 2011; URRY, 2001).

O setor turístico contemporâneo foi diretamente influenciado pelo processo de globalização, devido à abertura econômica e ao aumento da competitividade global, permitindo maior facilidade e acessibilidade para viagens, além de possibilitar a criação de novos destinos turísticos (SAMPAIO et al., 2011; BUHALIS; LAW, 2008). Em 2021, o turismo contribuiu com mais de 19 bilhões de reais na arrecadação federal e 2 bilhões de reais na arrecadação estadual de Minas Gerais, abrigando mais de 1,79 milhão e 184 mil ocupações,

respectivamente, no Brasil e em Minas Gerais, sendo as atividades de alimentação e alojamento as que mais abrangem as ocupações formais (BRASIL, 2022a). Com a pandemia de COVID-19 a arrecadação do setor teve uma expressiva retração em 2020, voltando a incrementar-se em 2021 e especialmente em 2022. Isoladamente, o turismo ainda representa uma pequena parcela do PIB nacional, tendo espaço para expandir economicamente e ampliar postos de trabalho (BRASIL, 2022a).

Porém, a indústria de serviços turísticos norteadas pela tradicional ideia de crescimento e progresso vem se esgotando. A intensa expansão do turismo ocasiona consequências ambientais, econômicas e socioculturais nas comunidades e nos territórios recebedores, colocando em risco os patrimônios naturais e culturais locais, que são os próprios atrativos turísticos, comprometendo assim a sustentabilidade do setor (HALLACK; BURGOS; CARNEIRO, 2011).

Os impactos ambientais mais recorrentes desse turismo predatório são o uso excessivo e a deterioração dos recursos naturais, assim como o aumento das mais diversas formas de poluição, com a geração e emissão de diversos tipos de resíduos, sendo o setor responsável por cerca de 5% das emissões de CO² liberadas na atmosfera (BALSALOBRE-LORENTE et al., 2020). Pesquisas apontam vários tipos de impactos econômicos negativos para as comunidades locais, como o aumento dos preços de bens comuns do cotidiano, a gentrificação e especulação imobiliária, a geração de empregos de baixa qualidade, qualificação, remuneração e de extensa carga horária. Esse processo ocorre atrelado a repercussões socioculturais negativas no território como, por exemplo, a insegurança, a superlotação, o incômodo aos residentes e as alterações na cultura local (CARDONA; BASSI; SÁNCHEZ-FERNÁNDEZ, 2020). Esses impactos nocivos do turismo convencional podem prejudicar especialmente populações tradicionais em territórios de interesse turístico. Isso tem motivado debates no Brasil e no mundo a respeito da interdependência entre o turismo e a sustentabilidade socioambiental dos territórios.

Corroborando a ideia de esgotamento do modelo de turismo baseado no desenvolvimento, alguns autores vêm alertando que o turismo nessa perspectiva pode gerar desigualdades socioeconômicas, afetando negativamente as comunidades receptoras, principalmente quando não há planejamento estratégico para implementar as políticas turísticas (SHARPLEY, 2014; SAMPAIO et al., 2011).

Esse debate tem resultado em propostas que veem o turismo como um meio para a

sustentabilidade, com a condução de práticas turísticas baseadas na conservação da diversidade biocultural, buscando garantir a participação das comunidades receptoras em todas as fases dos projetos turísticos a serem desenvolvidos em seus territórios, gerando impactos positivos para a população local e sua autonomia nos processos decisórios que afetam suas vidas (IRVING, 2002; BRASIL 2007; UNWTO, 2001). De acordo com a Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2018), o turismo sustentável é aquele que respeita o meio ambiente, preserva o patrimônio cultural e contribui para o desenvolvimento econômico das comunidades receptoras.

Nos últimos anos, a crescente demanda por experiências autênticas e sustentáveis por parte dos turistas tem impulsionado intensas transformações na indústria de serviços turísticos. A diversificação da oferta turística, a promoção de práticas sustentáveis e a valorização da cultura local têm se mostrado como estratégias eficazes para o desenvolvimento do setor e para a geração de benefícios econômicos, sociais e ambientais (ZAOUAL, 2009; ABETA, 2010; BARRETO, 2000). Esse turismo de contato com a natureza ganhou ainda mais destaque e importância na retomada pós-pandemia de COVID-19 (ARAÚJO, 2021).

O Turismo de Base Comunitária, turismo comunitário, turismo rural comunitário, ecoturismo de base comunitária, turismo comunitário, solidário e sustentável e todos os demais tipos de turismo de cunho comunitário, aqui mencionados como TBC, vem se constituindo em uma alternativa ao turismo massificado, por buscar o equilíbrio socioambiental e econômico (HALLACK; BURGOS, CARNEIRO, 2011). Diferente do turismo convencional, o TBC propõe um modelo sustentável de gestão que empodera e instiga a construção do protagonismo, da autonomia e da autoconfiança das comunidades envolvidas, cujos modos de vida atrelados à natureza local são os atrativos que podem conceber vivências singulares para quem os visita (BENITES; MAMEDE, 2020).

Sob a perspectiva da sustentabilidade e da superação dos desafios do século XXI, iniciativas coletivas locais, norteadas pelos princípios do Bem Viver (ACOSTA, 2016), da agroecologia e do TBC, buscam estabelecer alternativas horizontais, sustentáveis e saudáveis para a vida humana e para a conservação da diversidade biocultural e dos agroecossistemas. Como declara Krenak (2020, p.21), *“em diferentes lugares, tem gente lutando para este planeta ter uma chance, por meio da agroecologia, da permacultura. Essa micropolítica está se disseminando e vai ocupar o lugar da desilusão com a macropolítica”*. Essa ideia é reforçada por Acosta (2016, p. 234), ao propor o *“decrescimento planejado do extrativismo”* como estratégia de superação da lógica capitalista. O bem viver amplifica *“atividades sustentáveis,*

que poderiam se dar no âmbito das manufaturas, da agricultura, do turismo e, sobretudo, do conhecimento” (ACOSTA, 2016, p. 234).

É sob esta perspectiva que este trabalho busca investigar os contextos e potenciais sinergismos da prática do TBC em espaços agroecológicos (EAs), tendo como território de estudo a região metropolitana da capital mineira, Belo Horizonte, considerando também seu colar Metropolitano e entorno, aqui chamadas de RMBH – território de destaque nacional por realizações coletivas do movimento agroecológico e da agricultura urbana desde o início da década de 1990 (ALENCAR, 2018; PADOVANI; GAIO, 2021; ORNELAS, 2021).

1.1 Objetivo geral

Investigar as oportunidades e os desafios da integração do turismo de base comunitária em espaços agroecológicos da região metropolitana de Belo Horizonte.

1.1.1 Objetivos específicos

- ❖ Caracterizar o cenário acerca das oportunidades, dos facilitadores, dos desafios e das dificuldades dos espaços agroecológicos investigados para implementarem o turismo de base comunitária dentre suas atividades.

- ❖ Propor soluções de integração entre espaços agroecológicos e atividades de turismo de base comunitária como oportunidade estratégica de diversificação de renda solidária, de promoção da educação ambiental não formal e de conservação da diversidade biocultural.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Agroecologia

Compreendida como ciência, articulação social e movimento político (WEZEL et al., 2009), a agroecologia oferece alternativas em relação ao agronegócio industrial hegemônico, possibilitando outras perspectivas de agriculturas mais biodiversas, atreladas a sistemas alimentares mais saudáveis e sustentáveis (ALTIERI, 2004; GLIESSMAN, 2000).

A produção de alimentos agroecológicos difere dos orgânicos, pois enquanto a agroecologia propõe produzir com maior diversidade de alimentos, considerando o perfil biológico de cada solo e bioma, a agricultura orgânica propõe um plantio diferente do convencional por não utilizar agrotóxicos. A incorporação de requisitos ambientais, econômicos, socioculturais, políticos e da saúde acontece somente na proposta de produção agroecológica (IPEA, 2015; CARIAS, 2021; ALTIERI, 2011; COSTA, 2017).

No que se refere a saúde, para além da não utilização de agrotóxicos, a agroecologia objetiva também colaborar para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), definida pela Política Nacional de Alimentação e Nutrição (BRASIL, 2013) como a *“realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais [...]”*. Segundo essa mesma política, a SAN é baseada nos princípios de *“práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”*, apresentando consonâncias de respeito à diversidade sociobiocultural em relação às reivindicações dos movimentos sociais sobre o tema, que incorporam a noção de soberania alimentar, ao compreender a importância da autonomia local sobre os sistemas alimentares, abrangendo mercados, métodos de produção, culturas alimentares e recursos ecológicos e genéticos (WITTMAN, 2011).

Os sistemas agroecológicos se diferenciam por se basearem em uma abordagem sistêmica que respeita a diversidade e a cooperação biológica, a ciclagem de nutrientes e a regulação natural de pragas, englobando fundamentos e métodos que combinam sistemas produtivos saudáveis à regeneração e conservação das florestas, contemplando entendimentos da cosmovisão inerente a ecoagricultura, denominada Agricultura Sintrópica (AS) (BALEEIRO, 2020). A AS suscitou saberes de potencial inovador, multicultural e, sobretudo, práticos, por meio de conhecimentos científicos iniciados no século XIX a respeito da natureza da entropia. Distinto dos sistemas convencionais de cultivo embasado em monoculturas de forma entrópica,

de desordem e imprevisibilidade no sistema, a agroecologia fundamenta-se nos princípios da sintropia que regem a vida, estabelecendo ordem e previsibilidade no sistema, do sentido simples para o complexo, de convergência e concentração de energia (PASINI 2017; ALTIERI, 2004; GOTSCH, 1997). Esses princípios da cosmovisão da AS se estabelecem de modo transdisciplinar, correlacionando-se com a interdisciplinaridade intrínseca à agroecologia, ao propiciar reflexões dinâmicas de origem ecossistêmica no sentido das percepções da ética planetária, fornecendo subsídios filosóficos no fortalecimento da prática coletiva em rede (BALEEIRO, 2020).

Esses entendimentos e as práticas da agroecologia no mundo vem sendo aprimoradas no decorrer do seu percurso histórico, originado no século passado, dividido em quatro períodos, segundo Wezel e Soldat (2009): (i) entre as décadas de 1930 e de 1960, quando emerge em um número limitado de países; (ii) de 1970 a 1980, quando a agroecologia se expande como ciência; (iii) década de 1990, quando finalmente se consolida e é institucionalizada; e (iv) a partir dos anos 2000, quando adquire as dimensões sociais e políticas pelas quais é reconhecida atualmente.

No Brasil, a agroecologia se estabeleceu como movimento social de resistência ao modelo tradicional de agronegócio, dominante no país desde a implantação dos métodos da “Revolução Verde” (HERNANDEZ, 2020; COSTA, 2017). Segundo Faria (2020), a historiografia da agroecologia no Brasil pode ser dividida em três momentos, sendo sempre vinculada à processos político-pedagógicos atrelados ao modelo de Educação Popular proposto por Paulo Freire (1967), articulados e denominados como: (i) “*espaços de germinação: das resistências às alternativas*” no período da década de 1970; (ii) “*dinâmicas de interação: da Agricultura Alternativa à Agroecologia*”, em meados da década de 1980, e (iii) “*movimentos de expansão: da Pequena Produção à Agricultura Familiar*”, a partir da década de 1990 (FARIA, 2020).

Faz-se oportuno destacar como a proposta freiriana de educação libertadora gera subsídios teóricos e políticos para os movimentos sociais da agroecologia, no enfrentamento de opressões e no desenvolvimento de resistências perante o agronegócio dominante, baseado na monocultura. Entende-se que as iniciativas agroecológicas se sustentam devido às práticas coletivas de conscientização de seus atores sociais sobre a opressão que os cerca e sobre eles mesmos (FREIRE, 1981, 1992; STÊNICO; PAES, 2017). Com o despertar da emancipação, da autonomia e do pertencimento, compreende-se o território como identidade, para além do aglutinado de construções civis e de sistemas naturais, configurando-se como um espaço vívido

de resistência, da reprodução da vida e de seus infinitos aspectos, por meio das ações exercidas sobre ele (SANTOS, 2000; SANTOS; SILVEIRA, 2001).

A agroecologia se apresenta como uma alternativa à crise socioambiental contemporânea (CAPORAL; PAULUS; COSTABEBER, 2009; PACHECO et al., 2021). A transição agroecológica se dá através da transformação de sistemas produtivos agrícolas convencionais pelo uso de métodos que incorporam a lógica da agroecologia, com cultivos que não dependam de insumos externos e de agroquímicos (PADOVANI; GAIO 2021; NASCIMENTO et al., 2023). Os desafios atrelados à transição agroecológica têm atraído o interesse de pesquisadores no Brasil e em todo o mundo, buscando identificar preceitos orientadores e facilitadores destes processos (PACHECO et al., 2021)

Khatounian (2001) aponta que a transição agroecológica necessita da mudança de entendimento de todos os envolvidos nas cadeias produtivas dos alimentos, desde os agricultores e processadores, passando pelos intermediários e comerciantes, até os consumidores, demandando assim tempo, sensibilização e conscientização. Desse modo, a transição não se limita às ações dos produtores e agroecologistas, pois necessita estabelecer cadeias multilíneas e escalares, que transformem nichos agroecológicos em regimes agroalimentares, alinhados às práticas de bioeconomia e sustentabilidade (ELZEN et al., 2017).

As capacidades regenerativas e produtivas dos sistemas agroecológicos e agroflorestais, são reconhecidas e apontadas mundialmente como uma das tecnologias e enfoques inovadores para regenerar biomas e combater a fome, como é tratado, por exemplo, no Marco Estratégico para 2022-2031 da FAO (ONU, 2021a). A agroecologia, portanto, torna-se central para que a humanidade alcance diversos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que compõem a Agenda 2030 das Nações Unidas, como: erradicação da pobreza, fome zero e agricultura sustentável, igualdade de gênero, trabalho decente e crescimento econômico, redução das desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis, consumo e produção responsáveis, ação contra a mudança global do clima, entre outros (ONU, 2015).

A produção agroecologia tem sido respaldada por métodos de certificação da qualidade orgânica, previstos pela Lei Nacional da Agricultura Orgânica (Lei 10.831/2003) (BRASIL, 2003). Um desses métodos de avaliação da conformidade é o Sistema Participativo de Garantia (SPG), que é formado por uma rede de agricultores e colaboradores que desenvolvem, colaborativamente, atividades de interesse da produção e da certificação orgânica e agroecológica. Um SPG se dá a partir da constituição de sua pessoa jurídica e do credenciamento do seu OPAC

(Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade) junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A metodologia utilizada baseia-se na visita de pares às unidades produtivas vinculadas ao sistema, sendo que cada produtor que vise a certificação recebe ao menos uma visita de seus pares – agricultoras(es), produtoras(es), consumidoras(es) e colaboradoras(es) – durante o ano. A visita tem a finalidade de verificar as práticas orgânicas e agroecológicas utilizadas e os registros de rastreabilidade da produção, apontando não conformidades e estabelecendo estratégias e prazos para as adequações necessárias. As visitas são também oportunidades de capacitação e de trocas de saberes e de experiências, fortalecendo os princípios do associativismo e do cooperativismo (HIRATA; ROCHA, 2020).

O Brasil é referência mundial nesse processo de certificação e avaliação participativa da conformidade orgânica devido ao seu pioneirismo e às experiências consolidadas em diversas áreas do país (HIRATA; ROCHA, 2020). Por sua vez, o contexto atual da agroecologia e da agricultura urbana e periurbana da RMBH é de constituição do seu OPAC, para credenciamento junto ao MAPA, objetivando a realização da certificação da produção orgânica e agroecológica por meio da atuação do SPG, que é formado com a representação de diferentes esferas sociais, por meio da participação de organizações, abrangendo um extenso número de municípios (SILVA, REIS, ORNELAS, 2019; ALMEIDA et al., 2022; NASCIMENTO et al., 2023). A evolução do SPG RMBH colabora para um dos maiores desafios da atividade agroecológica, que é o escoamento de alimentos, mas também é fundamental destacar a sua importância para o fortalecimento do senso coletivo do movimento agroecológico e para a sua formação democrática e social, promovendo assim a resistência agroecológica (NASCIMENTO et al., 2023).

2.2. Turismo de base comunitária

O turismo de base comunitária (TBC) é uma prática turística que, para além do comércio, objetiva o equilíbrio entre o desenvolvimento local e a conservação de recursos bioculturais, apresentando-se como alternativa aos modelos tradicionais do setor turístico. Conforme é estabelecido pelo Governo Federal no âmbito da Política Nacional de Turismo, no Decreto nº 9.763, de 11 de abril de 2019, o TBC é um *“modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, que gera benefícios coletivos, promove a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações e a utilização sustentável para fins recreativos e educativos [...]”* (BRASIL, 2019).

O TBC estimula encontros, vivências e intercâmbios que favorecem a coesão e os laços

sociais, a qualidade de vida, a cultura local e o sentimento de inclusão e de pertencimento das comunidades envolvidas (IRVING, 2009; SAMPAIO et al., 2011). Dessa forma, o TBC acontece a partir da complexidade e multiplicidade de redes socioeconômicas organizadas de forma endógena, com atuações transversais que transcendem a racionalidade imediatista da sociedade de consumo em prol de benefícios educacionais, culturais, ambientais e para a saúde (HALLACK; BURGOS; CARNEIRO, 2011). Importante compreender que *“os componentes de conservação ambiental e valorização da identidade cultural sustentam esta proposta de turismo, bem como a geração de benefícios diretos para as comunidades receptoras”* (SANSOLO E BURSZTYN, 2009, pg. 147).

Segundo o Ministério do Turismo do Brasil (BRASIL, 2010), mesmo diante de distintas conceituações, existem princípios comuns ao TBC: (i) a autogestão; (ii) o associativismo e cooperativismo; (iii) a democratização de oportunidades e benefícios; (iv) a centralidade da colaboração, parceria e participação; (v) a valorização da cultura local e, principalmente, (vi) o protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e na oferta de bens e serviços turísticos, visando a apropriação por parte destas comunidades dos benefícios advindos do turismo.

Percebe-se que o TBC pode se correlacionar com outras modalidades do turismo, como o Turismo Social, o Ecoturismo, o Turismo Cultural, o Turismo de Estudos e Intercâmbio, o Turismo de Aventura e o Turismo Rural (BRASIL, 2006a). Está sempre atrelado aos requisitos do turismo sustentável, por sua concepção alicerçada em premissas e preceitos éticos e críticos ao modo predatório como o turismo convencional é praticado – embora a sustentabilidade das atividades turísticas seja um objetivo orientador de esforços contínuos e não uma característica inerente à prática (HALLACK; BURGOS; CARNEIRO, 2011).

No Brasil, no século XX, o TBC ascendeu organicamente, propiciando oportunidades de trabalho e diversificação econômica para comunidades que tinham escassas possibilidades de renda, situadas principalmente em locais de interesse ambiental, como nas Unidades de Conservação (BRASIL, 2004; HALLACK; BURGOS; CARNEIRO, 2011).

Até a década de 1990, o TBC carregou um sentido marginal, periférico e romantizado em relação às expectativas do mercado globalizado, quando praticamente não era mencionado em políticas públicas ou ponderado em aspectos estratégicos de desenvolvimento do turismo no país, até o tema ser apresentado e discutido no Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL) (IRVING, 2009).

A partir da década de 2000 o TBC começou a ganhar visibilidade e interesse no Brasil e no mundo não só por parte das comunidades, organizações não governamentais ou movimentos sociais, mas também na academia, sendo abordado em pesquisas sobre mobilização e participação social. Nesse período, o turismo começou a ser interpretado no Brasil como possibilidade para promover a inclusão social, conduzindo o debate acerca da participação social e da governança democrática, ganhando destaque também no contexto internacional. Um marco importante foi o lançamento do Edital 01/2008 pelo Ministério do Turismo (MTur) – com quinhentos projetos inscritos e cinquenta selecionados de diversas regiões do país – objetivando o fomento ao turismo comunitário, evidenciando o intuito do poder público federal em viabilizar outras alternativas de turismo, atreladas principalmente às propostas de turismo sustentável e desenvolvimento local. Vale ressaltar o compromisso de apoiar e promover projetos e programas de turismo de valorização comunitária como forma de desenvolvimento local e inclusão social, documentado no Plano Nacional de Turismo que, entre outros, objetiva *“Potencializar os benefícios da atividade para as comunidades locais”* (PNT 2007-2010) (IRVING, 2009; HALLACK; BURGOS; CARNEIRO, 2011).

Atualmente existem diversas iniciativas de TBC espalhadas pelo Brasil, organizadas em redes, como a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário-TURISOL, criada em 2003. Sansolo e Bursztyn (2009) – em pesquisa realizada no II Seminário Internacional de Turismo Sustentável em 2008 junto a 25 representantes de iniciativas de TBC brasileiras – destacam oito características comuns do TBC: (i) Acontece em pequenas comunidades estabelecidas em povoados, aldeias e vilas; (ii) Situam-se, comumente, no entorno ou dentro de áreas protegidas; (iii) Contempla uma diversidade de atrativos naturais, culturais e de convivência, destacando-se o contato com a água; (iv) Visitantes e comunidade compartilham do mesmo ambiente; (v) Muitas iniciativas contam com apoio, especialmente de ONGs e universidades, para planejar, estruturar e operar o turismo; (vi) Os modos de gestão do TBC vão de cooperativas e associações comunitárias à organizações familiares; (vii) Todas as iniciativas envolvem organização e planejamento conjunto do TBC, com encontros de frequência semanal aos anuais; (viii) O turismo não é a única atividade econômica, sendo uma atividade complementar nas comunidades. Os pesquisadores reforçam ainda a importância do TBC no contexto brasileiro, no sentido de afirmar a identidade de comunidades em seus territórios e na resistência frente às investidas do mercado turístico convencional (SANSOLO e BURSZTYN, 2009).

Na América Latina, desde o início dos anos 2000, estão surgindo iniciativas de turismo

de base comunitária em diversos locais, por todos os ecossistemas, normalmente em locais de paisagens naturais excepcionais e de riquezas culturais singulares. A ampliação de iniciativas se dá por conta que diversas comunidades estão se permitindo exercer “um turismo com selo próprio”, que une originalidade e autenticidade, para salvaguarda suas essências (MALDONADO, 2009).

Segundo Moraes e colaboradores (2018), existem diversas organizações latino-americanas atreladas ao TBC. A Rede de Turismo Comunitário da América Latina (REDTURS), por exemplo, teve início em 2001, abrangendo organizações do Equador (RICANCIE, RUNATUPARI e RETHUS), Costa Rica (COOPRENA R. L), Honduras (MUTU), Chile (*Red de Parques Indígenas del Mapu Lahual*), México (RITA e SENDASUR), Brasil (TURISOL e TUCUM), Argentina (HUELLA GAUCHA, RATURC e RATURC e *Red de Turismo Campesino Valles Calchaquies de Salta*), Nicarágua (RENITURAL) e Bolívia (TUSOCO e APTHAPI). Maldonado (2009) reafirma a aplicação dos princípios do TBC no contexto latino-americano, ao relatar que elas acontecem por meio da autogestão e participação dos grupos sociais, apontando para o desenvolvimento de construções coletivas.

Apesar do panorama de expansão nas últimas décadas em diferentes locais na América Latina, o TBC no Brasil ainda carece de mais instrumentos legais e, por vezes, a modalidade ampara-se sob outros conceitos, como turismo sustentável. Todavia, em Minas Gerais foi promulgada em 2021 a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária (Lei estadual 23.763/2021), que em seu Artigo 2º, Inciso I, apresenta o TBC como “*aquele que incorpora valores do bem viver, do bem comum, da economia solidária e do comércio justo, orientando um processo sustentável de organização do turismo no âmbito dos territórios de povos e comunidades tradicionais do campo, da cidade, da floresta e das águas, em consonância com o desenvolvimento em escala local e regional e de modo a favorecer a atividade socioeconômica e política e promover a emancipação comunitária, por meio da valorização cultural, conservação ambiental e geração de emprego, renda e inclusão social*” (MINAS GERAIS, 2021).

Portanto, compreender o TBC “*como a possibilidade de um novo paradigma para o turismo, cujas bases se assentam nas relações de hospitalidade, da vontade de receber para intercambiar o que se tem de mais caro, que é o sítio simbólico de pertencimento*” (SANSOLO; BURSZTYN, 2009, p. 158), permite “*privilegiar o potencial humano e relacional inerente à prática do turismo de base comunitária*” (ALMEIDA et al. 2010, p. 69), possibilitando, ao

agregar outras práticas comunitárias, ressignificar outros campos da vida humana, como a alimentação e a natureza.

2.3 Interfaces entre a agroecologia e o turismo de base comunitária

O cenário atual, no qual está em curso uma disputa de narrativas a respeito dos desafios socioambientais, abre um terreno fértil para o debate acerca da integração do TBC junto ao movimento agroecológico. Essa integração emerge como uma possibilidade de incentivo à transição agroecológica, de promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional (SAN), do fortalecimento das comunidades em seus territórios e da diversificação de renda, a partir da economia solidária e criativa, por meio do estabelecimento de cadeias produtivas mais justas como modo de resistência a mercados impositivos e homogeneizantes. Além disso, propicia a troca de conhecimentos e saberes como forma de educação ambiental não formal, em prol da sustentabilidade, da conservação biocultural e da saúde planetária.

A proposta de integração entre agroecologia e TBC favorece a construção de uma cultura e postura regenerativa da sociedade, alinhando-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com a Agenda 2030 (ONU, 2015), com a Década da Restauração de Ecossistemas (ONU, 2021b), com a Década da Agricultura Familiar (2019-2028) (ONU, 2017), bem como com as principais políticas e normativas nacionais e estaduais de Minas Gerais que apresentam intersecção com a temática. Entre essas, destacam-se a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Lei Federal 11.326/2006) (BRASIL, 2006b), a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) (Decreto Federal 7.794/2012) (BRASIL, 2012), a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária de Minas Gerais (Lei Estadual 23.763/2021) (MINAS GERAIS, 2021) e a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO) (Lei Estadual 21.146/2014) (MINAS GERAIS, 2014). Estes instrumentos multilaterais e multissetoriais de governança alertam para a importância do fomento e fortalecimento de mecanismos de proteção socioambiental e de adaptação às emergências globais, como as práticas relacionadas à agroecologia e ao fortalecimento de bases socioeconômicas comunitárias locais.

A sinergia entre a agroecologia e o TBC é apontada pela Política Estadual de Turismo de Base Comunitária de Minas Gerais, que considera como um de seus princípios o “*estímulo às atividades produtivas com enfoque no sistema agroecológico e na economia solidária*” (Lei Estadual 23.763/2021, Artigo 3º, Inciso VIII) (MINAS GERAIS, 2021). Essa política também

considera a prática do TBC propícia a ser realizada em áreas e com populações comuns à agroecologia, como descrito no parágrafo único do Artigo 2º, Inciso VI: “*comunidades de assentamentos rurais de reforma agrária e do crédito fundiário e similares reconhecidas pelos órgãos oficiais de reforma agrária e de desenvolvimento agrário*” e no Inciso VII: “*comunidades de agricultores familiares reconhecidas pela legislação específica*” (MINAS GERAIS, 2021).

Existe no Brasil iniciativas que reúnem negócios turísticos ligados às práticas agropecuária, como a Rede de Turismo Rural Consciente¹, que foi iniciada em 2020 pela união de mais de 140 empreendimentos de norte a sul do país, para “*promover o desenvolvimento sustentável do turismo rural no Brasil, valorizando a diversidade cultural e ambiental, atuando como uma rede descentralizada e inclusiva, alavancando os negócios do turismo rural, sem perder a ruralidade*” (REDE DE TURISMO RURAL CONSCIENTE, 2023)

Outra iniciativa exemplar é a Agroecologia em Rede², que atua como uma ferramenta de ecologia de saberes a serviço da construção do movimento agroecológico no Brasil, oferecendo uma infraestrutura composta por tecnologias da informação em *software* livre para que redes do campo agroecológico se auto identifiquem e mapeiem suas experiências a partir de critérios e categorias por elas mesmas estabelecidas. Essa iniciativa coletiva nasceu em 2002 e já catalogou mais de 2.500 experiências em agroecologia por todo o país. Na RMBH, atualmente, encontram-se cadastrados 3 dispositivos (arranjos de ações coletivas autogestionadas), 16 organizações e 47 experiências (AGROECOLOGIA EM REDE, 2023).

Em várias regiões do Brasil há iniciativas que realizam práticas agroecológicas como atrativos turísticos, apresentando similaridades em relação às propostas do TBC. Na Tabela 1 são apresentadas algumas dessas iniciativas, levantadas anteriormente em pesquisa feita por Camargo, Ferreira e Nitsche (2018), complementadas por outros estudos identificados em revisão de literatura para esse trabalho. Salienta-se que nenhuma das iniciativas identificadas ocorre em contextos urbanos ou periurbanos e que as propostas turísticas, apesar de serem compostas por atrativos agroecológicos, não são necessariamente de base comunitária.

¹ <https://turismoruralconsciente.com/>

² <https://agroecologiaemrede.org.br/>

Tabela 1: Iniciativas que utilizam práticas agroecológicas como atrativos turísticos, segundo regiões do país e estudos nos quais as iniciativas foram investigadas.

Região	Iniciativas	Referência
Nordeste	Nova Olinda (CE)	SILVA; DRUMOND; BAKKE, 2014;
	Abreu e Lima (PE)	FEITOSA; FRANCA, 2009
	Assentamentos na zona da mata sul (PE)	LIMA; SOUZA; MATTOS, 2012
	Sergipe	SILVA et al., 2020
Sul	Acolhida na Colônia (SC)	DALMORA, 2020
	Pelotas (RS)	ROMANO; SILVA; SOLHA, 2013
	Porto Mauá e Crissiumal (RS)	FINATTO; CORRÊA, 2011
	Vale do Rio dos Sinos, Vale do	ATZ et al, 2007
	Paranhana e na Encosta da Serra (RS)	BALDASSO; CALCANHOTTO; ANNONI, 2002
	Morretes (PR)	SAMPAIO; ZAMIGNAN, 2012
Centro-Oeste	Padre Bernardo (GO)	JACINTHO, 2007
Norte	Cametá (PA)	GOMES et al., 2021

Fonte: elaborado pelo autor.

Segundo a pesquisa bibliográfica documental realizada por Camargo, Ferreira e Nitsche (2018) sobre atividades turísticas rurais em propriedades agroecológicas, em que foram analisados 10 artigos publicados no período de 2004 a 2014, há características ambientais e culturais diversas entre os locais e regiões onde as atividades de turismo rural de base agroecológica foram constatadas, demonstrando existir um amplo espectro de possibilidades para o desenvolvimento desse tipo de turismo, que deve se adaptar as distintas realidades em que ele poderá se desenvolver.

A vinculação entre o turismo rural e a agroecologia se baseia, principalmente, em estabelecer alternativas de desenvolvimento rural que entendam às condições locais, sob os princípios da sustentabilidade, levando em conta as limitações estruturais relativas à infraestrutura social básica e de geração de renda (BALDASSO; CALCANHOTTO; ANNONI, 2002). No entanto, há a compreensão de que o turismo só promoverá o desenvolvimento quando propiciar a melhora das possibilidades do bem viver para os receptores dos visitantes (PORTUGUEZ, 2002).

A diversidade de experiências ofertadas nos diferentes contextos brasileiros possui enfoques comuns, tais como (i) a educação ambiental, (ii) a conservação da diversidade e (iii) a economia solidária (CAMARGO; FERREIRA; NITSCHKE, 2018).

2.3.1 Educação ambiental para a emancipação

Nas últimas décadas do século XX, a educação ambiental emergiu como uma nova área de práticas e conhecimentos capaz de reestabelecer a relação entre a educação, a sociedade e o meio ambiente com vistas a enfrentar os desafios impostos por uma crise socioambiental global (LIMA, 2004). A Constituição Federal, em seu artigo nº 225, reconhece o nosso direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e à sadia qualidade de vida, compreendendo que a educação ambiental é uma peça fundamental para a garantia desse direito, assim como definido no inciso VI (BRASIL, 1988). A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) define a educação ambiental como “[...] *os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente*” (Lei nº 9.795/1999, Art. 1º) (BRASIL, 1999).

Para Otero e Neiman (2015), a educação ambiental é essencialmente transformadora de valores e atitudes, pela construção de novos hábitos e saberes, instituindo uma nova ética, de sensibilização e conscientização das relações integradas entre o ser humano, a sociedade e a natureza, para o equilíbrio em todas as escalas, do local ao global, na aquisição de melhoria na qualidade em todas as esferas de vida. Portanto, a educação ambiental, por primazia, é comunitária, participativa, interdisciplinar, inventiva, crítica da realidade, formando a cidadania da coletividade, ao prezar por atitudes que solucionem problemas locais (GUIMARÃES, 1995).

Nesse mesmo sentido, o movimento social agroecológico no Brasil elaborou sua própria pedagogia construtivista calcada nos ensinamentos freireanos de emancipação humana (NAVES; FONTOURA, 2022; ROSSET et al 2019). Esta perspectiva orientadora se constitui em um dos principais elos de convergência entre a educação ambiental e a agroecologia no Brasil, já que a educação ambiental emancipatória também fornece subsídios capazes de despertar a consciência dos indivíduos e sua compreensão de que humanos são natureza (LIMA, 2004), para que a educação nos suscite assumir “[...] *o dever de lutar pelos princípios éticos mais fundamentais como do respeito à vida dos seres humanos, à vida dos outros animais, à vida dos pássaros, à vida dos rios e florestas*” (FREIRE, 2000, p. 67).

A Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/1999) (PNEA), em seu Artigo 13º, compreende que a educação ambiental se dá em distintas oportunidades, para além do ambiente escolar, se caracterizando como educação ambiental não formal, ao abordar ações educativas para a sensibilização coletiva sobre a conservação ambiental, como a organização e a participação na manutenção da qualidade do meio ambiente (BRASIL, 1999). Essa forma de

educação permite alcançar a conscientização das relações ecológicas e sociais por vias sensoriais e práticas, promovendo a sensibilização ecológica e o potencial de organização e ação coletiva (SALUSTIANO, 2007).

Por sua vez, o TBC também reúne condições privilegiadas para a prática da educação ambiental não formal, na medida em que se constitui em um modelo de gestão de visitação protagonizado pela comunidade que, por meio de vivências interculturais, propicia oportunidades educativas (BRASIL, 2019). Dessa forma, pode-se compreender o TBC como uma modelo de gestão do turismo que agrega a educação ambiental, a sustentabilidade e a preservação socioambiental, proporcionando a interação com a natureza e com distintos valores socioculturais únicos, com a capacidade de possibilitar vivências enriquecedoras, transformadoras e emancipatórias, tanto para o visitante como para a comunidade receptora (GARCIA; FIGUEIRÓ; DEGRANDI, 2013).

Como visto, a agroecologia pressupõe a emancipação e o empoderamento dos indivíduos em sua coletividade por meio de um novo modelo produtivo agrícola em harmonia com o meio ambiente, com base no bem viver (NAVES; FONTOURA, 2022; ACOSTA, 2016). O TBC também carrega essas diligências de autonomia individual e comunitária para o bem-estar socioambiental (IRVING, 2009; BRAGA; SELVA, 2016; FABRINO et al., 2017). A transversalidade entre a agroecologia e o TBC fomenta o intercâmbio entre visitantes e agricultores, por meio de trocas entre representantes de distintas realidades, envolvidos por riquezas bioculturais diversas. Assim, é natural compreender que, em ambos os campos, a educação ambiental não formal de caráter emancipatório se constitui em um elemento central, que atua na interação entre eles, potencializando-os mutuamente, na promoção da emancipação e do bem-estar dos indivíduos, das comunidades receptoras e meio ambiente. Nesse sentido, a educação ambiental é um importante instrumento a ser utilizado na integração entre agroecologia e TBC, a fim de fomentar mudanças sociais que contribuam de modo relevante para renovação das direções sociais e culturais da comunidade em questão (QUINTAS, 2004).

2.3.2 Conservação da diversidade biocultural

A diversidade biocultural é um conceito que está relacionado à interdependência entre a biodiversidade e a diversidade cultural. De acordo com Toledo e Barrera-Bassols (2015), a diversidade biocultural se refere à coexistência de diversas formas de vida e de conhecimentos que emergiram a partir das interações entre seres humanos e a natureza ao longo da história da humanidade, representando uma fonte de resiliência dos sistemas socioecológicos, que pode

favorecer a proposição de soluções criativas e inovadoras para superar desafios socioambientais contemporâneos. As riquezas naturais e culturais, fruto da resistência histórica desses sistemas. São denominadas “memória biocultural” (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015) e alcança um entendimento holístico das manifestações interrelacionadas da diversidade da vida nas dimensões biológicas, culturais e linguísticas (MAFFI, 2018).

Os impactos de ações e comportamentos humanos em sociedades pós-industriais, como a sobre-exploração dos serviços ecossistêmicos, a contaminação ambiental, a expansão das fronteiras urbanas e do agronegócio sobre os biomas e a introdução de espécies invasoras (LAMPERT, 2019) ocasionam a erosão fito-genética, que causa a perda da biodiversidade, repercutindo em ameaças à sociobiodiversidade, devido à interdependência dos aspectos naturais e culturais, com consequentes impactos negativos na qualidade de vida dos seres humanos (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015; ZANK et al., 2021). Tamanhos impactos nocivos e disruptivos das ações humanas sobre as dinâmicas de funcionamento do Sistema Terrestre iniciaram, segundo Crutzen e Stoermer (2000), um novo capítulo da história natural da Terra, denominado Antropoceno.

Com vistas à proteção da diversidade biocultural, desde as décadas de 1980 e 1990, intensificaram-se os esforços de valorização das comunidades locais, dos povos originários, de seus territórios e de seus conhecimentos tradicionais associados, sob o entendimento de que a cultura exerce a mediação da conservação da biodiversidade e da diversidade humana, conforme estabelecido na Convenção de Diversidade Biológica, elaborada durante a RIO 92, e incorporada na legislação brasileira por meio da promulgação do Decreto Presidencial nº 2.519 (BRASIL, 1998), regulamentado pela Lei nº 13.123 (BRASIL, 2015). Essa regulamentação, no seu Artigo 2º, inciso V, com base nas especificidades do contexto brasileiro, considera “*população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional*” como provedores desses conhecimentos tradicionais associados (BRASIL, 2015).

O manejo agrícola de diversos cultivos realizados em unidades produtivas familiares proporciona a manutenção de uma agrobiodiversidade (SANTOS, 2020; ZANK et al., 2021), por meio do dinamismo e da continuidade dos saberes tradicionais e dos conhecimentos acumulados (PERONI, 2002), formando um acervo de patrimônios genéticos agrícolas (BOEF et al., 2007; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015). Dessa forma, a agroecologia se destaca como uma importante prática agrícola para a conservação da diversidade biocultural, ao propor alternativas sustentáveis para o desenvolvimento rural, pautadas em conhecimentos tradicionais

locais que respeitam as dinâmicas naturais, em busca do estabelecimento de um novo paradigma de reprodução socioecológica para alcançar etnoecossistemas diversos e sustentáveis (SANTOS, 2020; GUZMÁN, 2001; GLIESSMAN, 1990).

Em complemento, a autossustentabilidade econômica das comunidades locais fornece possibilidades para viabilizar a proteção dos patrimônios bioculturais, por meio da comercialização de produtos e de serviços culturais tradicionais, como o turismo de base comunitária, para fins de promoção da fixação das populações em seus territórios, assim como do reconhecimento, da valorização, da conservação e da perpetuação da memória biocultural local (GUZMÁN, 2022; REIS, 2006). Desta forma, é notório que a integração entre a agroecologia e o turismo de base comunitária, pautada pela economia solidária e criativa, podem desempenhar um papel sinérgico na conservação da diversidade biocultural das comunidades envolvidas.

2.3.3 Economia solidária e tecnologias sociais

Os princípios que atualmente regem a economia solidária já se apresentavam, desde o início da industrialização, como ideias alternativas para orientar a organização de iniciativas sociais e empreendimentos colaborativos contra hegemônicos nos mais diversos setores, como forma de enfrentamento às sucessivas crises econômicas e sociais oriundas do modelo capitalista (SINGER, 2002). Tendo em vista sua importância na proposição de soluções para os atuais desafios socioeconômicos, a economia solidária é reconhecida e conceituada em âmbitos legais, como na Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de Minas Gerais (Lei nº 15.028/2004, Artigo 2º), como um modelo de gestão econômica constituído por:

[...] iniciativas da sociedade civil que visam à geração de produto ou serviço, por meio da organização, da cooperação, da gestão democrática, da solidariedade, da distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, da autogestão, do desenvolvimento local integrado e sustentável, do respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, da valorização do ser humano e do trabalho e do estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres (MINAS GERAIS, 2004).

Essa conceituação ilustra diversas intersecções basilares entre a economia solidária (SINGER, 2002; GUTIÉRREZ, 2023), a agroecologia (ZANETTI PESSÔA CANDIOTTO, 2020; SCHMITT, 2010) e o TBC (FABRINO; NASCIMENTO; COSTA, 2017; SCHARER, 2015), que partem da autonomia coletiva local, para estabelecerem alternativas solidárias e democráticas que conciliam o respeito à vida, a conservação biocultural e a sustentação econômica das comunidades envolvidas que, por meio da valorização dos saberes tradicionais,

constroem pontes para um futuro mais digno, harmonioso e equânime entre os seres vivos.

Os fundamentos da economia solidária ganham destaque também diante da intensificação de problemáticas sociais decorrentes da introdução de tecnologias de informação e comunicação nos meios de produção e de serviços que, conseqüentemente, se refletem na deterioração das relações de trabalho, crescentemente precarizadas por meio de plataformas digitais, no chamado capitalismo de plataforma (SRNICEK, 2017). A platformização do trabalho se estabelece na atuação de grandes empresas de tecnologia mediante o contexto de ausência do Estado no fornecimento de direitos de proteção social para o enfrentamento de situações de vulnerabilidade e de desemprego, agravadas desde a crise sanitária da COVID-19, e na fragilidade ou inexistência de mecanismos de regulamentação de atividades trabalhistas, principalmente no âmbito digital, que propiciam as condições para a reativação de relações de exploração, sob uma roupagem tecnológica (VIDIGAL, 2021).

Perante esse cenário de agravamento de problemas sociais decorrentes do oligopólio empresarial e a inserção de seus meios digitais no mercado de trabalho, legitima-se a proposta de uma “Economia Solidária 2.0”, que sugere o fortalecimento das redes de solidariedade com o respaldo das tecnologias de informação e comunicação, pressupondo o livre compartilhamento de saberes, instrumentos e processos (ALVEAR; NEDER; SANTINI, 2023). Essa proposta se configura como um contraponto ao capitalismo de plataforma, balizada nos preceitos do cooperativismo de plataforma (SCHOLZ, 2016) viabilizado por modelos de software livre com código-fonte aberto (SILVEIRA, 2004), pode favorecer a autonomia das comunidades na gestão democrática das ferramentas tecnológicas, o que se constituiria em um “cooperativismo de plataforma solidário” (ALVEAR; NEDER; SANTINI, 2023).

Alvear, Neder e Santini (2023) propõem algumas diretivas para desenvolver e instaurar tecnologias sociais baseadas no cooperativismo de plataforma, aliadas aos fundamentos da economia solidária, que atendam às reais demandas locais. Essas diretivas se constituem em: (i) orientação pelos objetivos dos usuários, ou seja, o desenvolvimento deve se basear em metodologias participativas e interativas; (ii) administração coletiva; (iii) moderação ativa, ou seja, a formação de ambientes favoráveis ao contínuo debate construtivo de objetivos comuns consensuados; (iv) flexibilidade, ou seja, possibilidade de aprimoramentos e readequações demandadas pelos usuários; (v) transparência, ou seja, acesso fácil, claro e seguro a todas as informações geradas no sistema para embasar a tomada de decisões; (vi) processo emancipatório, ou seja, fornecimento de interfaces intuitivas e amigáveis e de recursos

instrutivos para viabilizar a crescente autonomia dos usuários; e (vii) avaliação da participação, ou seja, geração de relatórios de utilização do sistema pelos usuários, de forma a favorecer a organização coletiva.

Esses autores – a partir da constatação da presente conjuntura de propensão à plataformização do trabalho e das adversidades para a conquista efetiva de direitos sociais, bem como da identificação de possibilidades oferecidas pelo cooperativismo de plataforma e pela economia solidária – defendem o desenvolvimento de modelos de tecnologias sociais que superem propostas colonizadoras, pautados nas singularidades de cada contexto, principalmente nos desafios impostos pela desigualdade social brasileira, com vistas ao favorecimento da autonomia, da criatividade e da participação coletiva (ALVEAR; NEDER; SANTINI, 2023).

Há iniciativas inspiradoras nesse sentido, como a plataforma de código aberto desenvolvida pela *Open Food Network*, orientada globalmente por organizações e atores sociais interessados na formação de uma cultura de autonomia e transparência. Essa iniciativa foi replicada no Brasil como *Open Food Brasil*³, que se propõe a conectar agricultores, produtores e consumidores próximos entre si, encurtando cadeias de produção e consumo, potencializando a circulação e o comércio de produtos agroecológicos, orgânicos e artesanais criando relações orientadas pela troca, pelo diálogo e pela confiança (OPEN FOOD BRASIL, 2023).

Outro exemplo é a plataforma cooperativa *FairBnb*⁴, presente em diversos países no exterior, oferecendo alternativa às plataformas de hotelaria e aluguel de residências, com o objetivo de combater os efeitos negativos do turismo de massa, principalmente a gentrificação. Baseados na ideia de turismo regenerativo e sustentável, a proposta é fornecer, de forma mais igualitária, o compartilhamento e aluguel de meios de hospedagem, destinando metade dos rendimentos para subsidiar projetos comunitários indicados, próximos aos locais alugados, visando o desencadeamento de uma economia circular, redistribuindo os benefícios com as comunidades que as produzem (FAIRBNB, 2023).

Vale destacar também a Cooperativa Educação, Informação e Tecnologia para a Autogestão (EITA)⁵, fundada em 2011 e formalizada em 2014, que atua no desenvolvimento de tecnologias junto aos movimentos sociais do campo popular, colaborando em suas lutas pela economia solidária, reforma agrária, agroecologia, saúde e justiça social, em diversas regiões

³ <https://openfoodbrasil.com.br/>

⁴ <https://fairbnb.coop/>

⁵ <https://eita.coop.br/>

do Brasil (EITA, 2023).

Em suma, identifica-se uma real janela de oportunidades para que o movimento agroecológico seja incrementado por meio da integração com o TBC. Pressupõe-se ainda que a incorporação de fundamentos da economia solidária na utilização de tecnologias sociais aplicadas ao binômio agroecologia-TBC tenha o potencial de gerar um círculo virtuoso capaz de exponenciar os efeitos esperados dessa integração, quais sejam, a educação ambiental emancipatória, a conservação e a valorização da diversidade biocultural e a geração justa e solidária de renda e trabalho, que contribuiriam, em última instância, para atingir o estado de bem viver.

A breve revisão da literatura científica, que inclui o levantamento publicado por Camargo, Ferreira e Nitsche (2018), revelou a escassez de publicações que abordem a integração da agroecologia e do TBC, particularmente em contextos urbanos e periurbanos. Foram identificados estudos sobre agroecologia, sobre TBC, sobre turismo agroecológico sem o enfoque comunitário ou sobre o TBC em atividades de agricultura, sem o enfoque agroecológico. Assim, fica evidente que existe uma carência de estudos que abordem amplamente essas interfaces que aproximam a agroecologia e o TBC. Dessa forma, esse trabalho pode contribuir nesta lacuna de conhecimento, haja visto que esta pesquisa investigou as perspectivas e potencialidades de integrar o TBC em EAs na RMBH, abordando as interfaces existentes entre esses temas.

3. MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo exploratório e descritivo sobre as perspectivas e potencialidades de integração entre a agroecologia e o turismo de base comunitária na região metropolitana de Belo Horizonte.

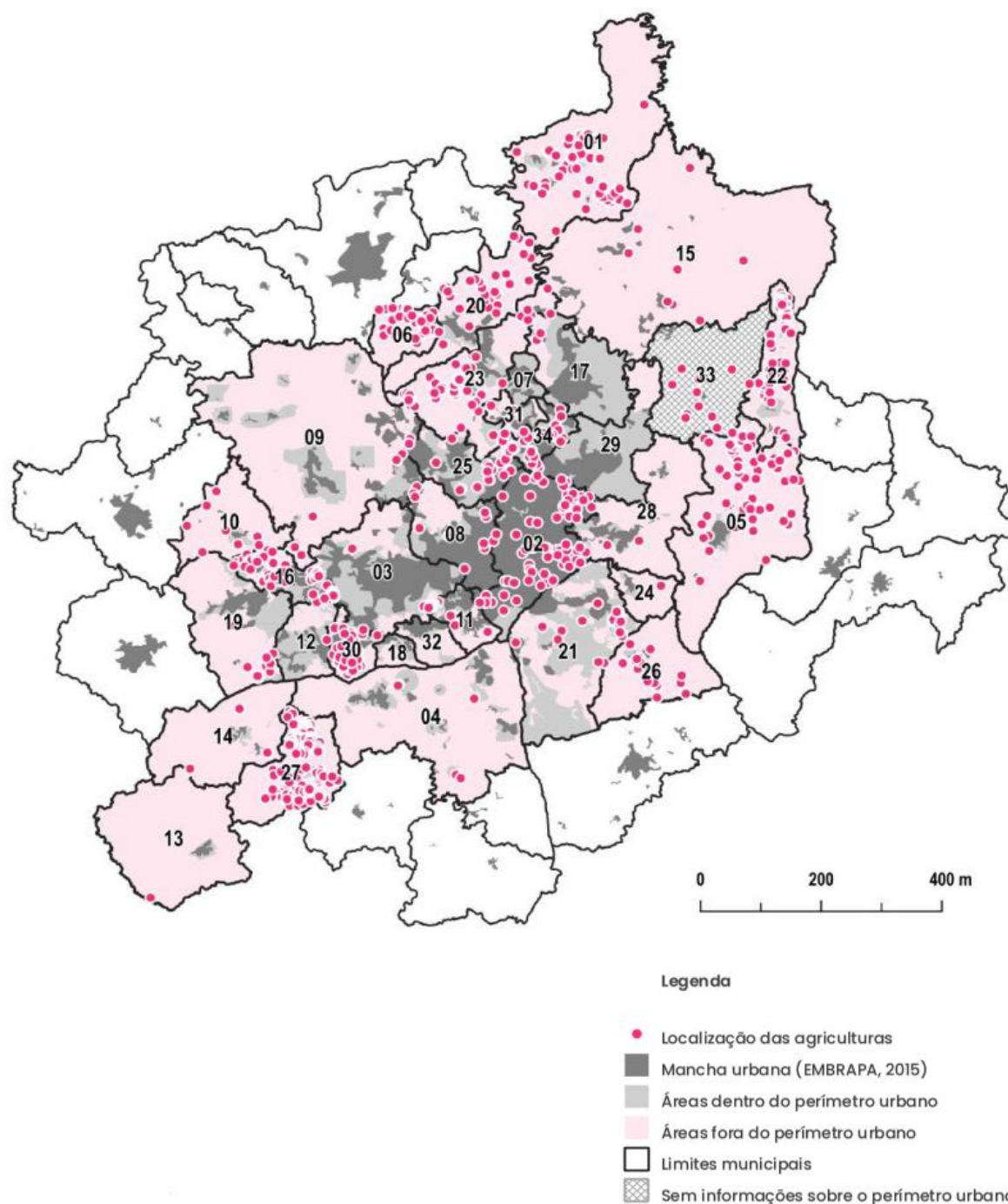
3.1 Percurso metodológico

Para identificação do grupo que compôs a amostra da pesquisa, foi feito, inicialmente, um contato com a CSA Brasil⁶ (Comunidade que Sustenta a Agricultura). Porém, o fato de as lideranças da instituição estarem sediadas na região norte do país, na Amazônia, dificultou o delineamento de metodologias para a amostragem e a obtenção de dados primários, devido à distância geográfica e vivencial.

Ao buscar parceiros no estado de Minas Gerais, a pesquisa se aproximou do contexto da agricultura urbana e periurbana da agroecologia na região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), valendo-se do contato e aceite de atores e organizações locais, como a Associação Horizontes Agroecológicos (AHA) e, posteriormente, a Associação AMANU – Educação, Ecologia e Solidariedade. A AHA – segundo dados do Grupo de Estudos em Agricultura Urbana da Universidade Federal de Minas Gerais (AUÊ! – UFMG) disponibilizados na página da associação na *Internet* – é composta pela união de 96 agricultores(as), processadores(as) e colaboradores(as) da RMBH, organizados em nove núcleos. As(os) associadas(os) produzem e processam alimentos sem agrotóxicos, a partir de relações ambientalmente justas de trabalho, comercialização e consumo, congregando assim os princípios e práticas da agroecologia em um contexto urbano e metropolitano. O levantamento disponibilizado no Anuário das Agriculturas Metropolitanas 2020/2021 (ALMEIDA et al., 2022) contabilizou 1008 agriculturas na RMBH (Figura 1), das quais 172 desenvolvem sistemas agroecológicos.

⁶ <https://csabrasil.org/csa/>

Figura 1 – Mapas das agriculturas da RMBH identificadas pelo trabalho de caracterização e mapeamento do grupo AUÊ! UFMG.



Elaboração: Grupo AUÊ! – Estudos em Agricultura Urbana/IGC – UFMG. Setembro de 2021.

Fontes: AUÊ/UFMG (agriculturas mapeadas até o ano 2020/Eixo Caracterização e Mapeamento); IBGE (banco de bases cartográficas, acessado em 2020); Embrapa (base elaborada da mancha urbana, 2015); Agência Metropolitana (dados dos perímetros urbanos). Projeção: SIRGAS, 2000. Disponível em: <<https://aueufmg.wordpress.com/anuario-das-agriculturas-metropolitanas-primeira-edicao/>> (ALMEIDA, 2022, p. 83).

O projeto desta pesquisa foi apresentado aos associados da AHA em março de 2022. Aqueles interessados em agregar o turismo em sua unidade produtiva ou que já tinham alguma experiência na recepção de visitantes foram convidados a compor um grupo de comunicação digital (*WhatsApp*), intitulado “Coletivo AgroEcoTur”, para facilitar a comunicação, para o envio do questionário digital autoaplicável e para o compartilhamento de informações sobre o tema para auxiliar na interpretação dos dados. Assim, o grupo e unidades amostrais da pesquisa se constituiu de forma espontânea, por conveniência ou acessibilidade (GIL, 2008).

3.2 Caracterização do território

A região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) se destaca pelo lastro de construções coletivas do movimento agroecológico, que congrega diversas experiências férteis de agricultura urbana, suscitando novos horizontes sobre a ocupação de ambientes públicos e privados, do solo urbano e metropolitano, e da relação entre a cidade e a natureza (ALMEIDA, 2016; ORNELAS, 2021; ALMEIDA et al., 2022; IPEA, 2015), apresentando-se como um território oportuno para a pesquisa.

Segundo o Censo Demográfico de 2010, a RMBH abriga cerca de 4,9 milhões de habitantes, sendo a terceira região metropolitana mais populosa do Brasil, abrangendo em torno de 25% da população de todo o Estado de Minas Gerais. Atualmente, 34 municípios compõem a RMBH, além de 16 outros que formam o Colar Metropolitano. Esses municípios apresentam realidades diversas em termos de tamanho da população (desde 5 mil habitantes, como em Confins, até 600 mil em Contagem) e de usos do solo (atividade industrial, exploração minerária, mercado imobiliário, setor agropecuário, áreas de preservação ambiental, etc.) (ALMEIDA et al., 2022) (IBGE, 2010).

Apesar desse contexto de desigualdades, existem diversas organizações (redes, articulações e movimentos) que estabelecem, a partir de seus territórios, alternativas mais justas e solidárias, por meio de práticas agroecológicas, consonantes com as raízes culturais e ambientais locais, em oposição as dinâmicas massificadoras de urbanização (ALMEIDA et al., 2022).

3.3 Coleta de dados

A pesquisa utilizou métodos mistos (quantitativo e qualitativo) para a coleta de dados pois, como descrito por Creswell (2010) e por Minayo (2002), permitem analisar os fenômenos sociais (agroecologia e TBC) com a complexidade das suas distintas dimensões e interfaces.

A investigação aqui apresentada apura as condições gerais, agroecológicas, turísticas e tecnológicas das iniciativas agroecológicas amostradas, com a utilização de abordagens quantitativas que possibilitaram, a partir de levantamentos de dados primários, realizar alegações e descrever numericamente tendências, atitudes e até opiniões do grupo amostrado (CRESWELL, 2010). Além disso, foram averiguadas percepções, experiências, possibilidades e aceitações de integração do turismo de base comunitária às realidades agroecológicas, com abordagens qualitativas, baseadas na coleta de dados textuais primários, em perguntas abertas via questionário, que podem narrar a complexidade, as relações e qualificar ações dinâmicas, compreendendo em perspectiva as singularidades comportamentais dos agentes atuantes nos fenômenos sociais (RICHARDSON, 1999). Desta forma, o estudo apresenta caráter exploratório e descritivo, que pretende propiciar a compreensão sobre as interações e experiências da agroecologia com o turismo de base comunitária.

A amostragem da pesquisa ocorreu por um instrumento principal de coleta de dados primários na forma de questionário digital autoaplicável, desenvolvido na plataforma *Google Forms*. O roteiro do questionário recebeu aportes e teve seu piloto aplicado presencialmente junto a agricultores do conselho diretor da AHA SPG RMBH, em junho de 2022. O questionário final, disponível no Apêndice 1, foi composto por 31 questões, 22 fechadas e 9 abertas, divididas em 4 seções: (i) Perfil do(a) respondente, (ii) Perfil agroecológico, (iii) Perfil tecnológico e (iv) Perfil turístico.

O link do questionário junto ao termo de consentimento livre e esclarecido de participação dos respondentes e de uma breve apresentação da pesquisa e de seus objetivos foi enviado aos colaboradores previamente identificados que compõem o grupo de *WhatsApp* “Coletivo AgroEcoTur”. Os procedimentos da pesquisa foram submetidos, tramitados e aprovados quanto à ética na pesquisa (CAAE/UEMG: 59909221.4.0000.5112, parecer nº 5.677.650) (Anexo 1). Os esforços de coleta de dados primários, através do questionário, se deram entre junho de 2022 a fevereiro de 2023.

3.4 Análise dos dados

Os dados quantitativos foram explorados por meio de abordagem estatística descritiva. As variáveis contínuas foram apresentadas por meio de medidas de posição e tendência central e as categóricas, por meio de tabelas e figuras com as distribuições de frequências absolutas e relativas. Por se tratar de um estudo exploratório descritivo, não haviam hipóteses explícitas de associação *a priori*. No entanto, o questionário elaborado possuía diversas variáveis que

poderiam ser testadas quanto à associação, tendo em vista hipóteses implícitas de relação entre elas, baseadas na existência de evidências na literatura ou da analogia com outras associações similares. Assim, algumas associações entre variáveis selecionadas foram analisadas por meio de teste Qui-quadrado de Pearson ou, no caso de tabelas com pelo menos um valor esperado inferior a 5, pelo teste Exato de Fisher, sendo consideradas estatisticamente significativas as associações com nível de significância (p -valor) $<0,05$. Em decorrência do número de respostas e de categorias das variáveis investigadas, algumas tabulações para análise de associação exigiram agrupamento de categorias de algumas variáveis, a fim de reduzir a ocorrência de valores nulos nas tabelas de contingência. As análises de associação foram realizadas com a utilização do pacote estatístico Stata® versão 15.

Os dados qualitativos, coletados por questões abertas, foram submetidos ao método de análise de conteúdo, seguindo o modelo teórico proposto por Bardin (1977), empregando a técnica de análise de conteúdo categorial (temático), que se fundamenta na descoberta de núcleos de significados e sentidos presentes nas respostas, possibilitando a seleção dos conjuntos de codificação. Depoimentos espontâneos compartilhados pelos participantes no grupo do *WhatsApp* forneceram subsídios para a interpretação e categorização dos dados qualitativos. Esses dados são apresentados no corpo do texto, em figuras com as frequências de respostas por categorias, elaboradas com base na identificação de núcleos de significados, e por nuvem de palavras, elaborada via *wordclouds.com*, que evidencia de maneira visual a recorrência de palavras nos discursos dos respondentes, por meio do tamanho relativo de cada palavra em relação às demais incluídas na nuvem.

Para complementar a interpretação dos dados, foram realizadas visitas em algumas unidades produtivas amostradas na pesquisa, utilizando-se de observação direta, que tem seu conceito descrito por Sierra Bravo (2001) como a inspeção e o estudo realizado pelo pesquisador, mediante o uso de seus próprios sentidos, com ou sem auxílio de aparatos técnicos, de coisas ou fatos de interesse social, tal como são ou ocorrem espontaneamente. Nas visitas aos espaços amostrais (EAs) participantes foi possível observar detalhes que colaboraram na análise dos dados e interpretação dos resultados, possibilitando alcançar nuances presentes nos diversos contextos e realidades que foram representadas, complementando e esclarecendo aspectos nem sempre evidentes apenas analisando as respostas ao questionário da pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa recrutou 33 representantes de espaços agroecológicos (EAs) da RMBH, que integraram o grupo de *WhatsApp* “Coletivo AgroEcoTur” e responderam ao questionário digital autoaplicável entre junho de 2022 e fevereiro de 2023. Trata-se de uma amostra de conveniência, que correspondeu à 19,2% dos EAs catalogados na RMBH (ALMEIDA et al., 2022).

4.1 Perfil dos(as) respondentes

Dentre os dados coletados sobre o perfil dos respondentes (Tabela 2), é notória a presença majoritária de mulheres (67%). A média de idade dos participantes é de 52,3 anos (desvio padrão – DP: 10,4), a moda é de 59 anos e a mediana de 53 anos, sendo a idade máxima de 79 anos e mínima de 25 anos. Quase 76% dos respondentes estavam entre os 40 e 59 anos. Destaca-se a baixa participação de integrantes abaixo dos 40 anos na composição do grupo pesquisado, com apenas dois respondentes, sendo um de 39 anos e uma de 25 anos.

Dez (10) municípios dentre os 34 que compõem a RMBH foram representados – Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Contagem, Esmeraldas, Jaboticatubas, Nova Lima, Nova União, Rio Manso e Santa Luzia. Um município do Colar Metropolitano de Belo Horizonte (Santa Bárbara) e um do entorno (Santana do Riacho) completam a lista, com somente um (3%) representante cada (Tabela 2). O município com maior participação na pesquisa foi Jaboticatubas (42%), seguido pela capital Belo Horizonte (21%).

Relativo ao nível de escolaridade dos participantes, treze (39%) respondentes afirmaram terem realizado ou estarem realizando o ensino superior (incluindo pós-graduação), sendo a mesma proporção de integrantes em relação ao ensino médio (incluso ensino técnico). A soma dos participantes que declararam terem concluído ou estarem estudando no ensino fundamental 1 ou 2 representa 21% do todo (Tabela 2).

Apenas dois dos 33 respondentes afirmaram não participar de alguma organização agroecológica ou de agricultura familiar, sendo que um destes relatou integrar a comunidade do Quilombo do Açude, localizado na Serra do Cipó. Foram mencionados diversos arranjos coletivos, todos vinculados ou aliados à Associação Horizontes Agroecológicos (AHA SPG RMBH) ou à Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana de Belo Horizonte (AMAU), parceiras da pesquisa, que se constituem como principais organizações agregadoras do movimento agroecológico da região estudada. Foram mencionados os seguintes nomes de agrupamentos locais, relativos aos EAs amostrados: Agroecológico Zé Miúdo, Cooperana,

Assentamento Ho Chi Minh, Raízes do Campo, Horta comunitária Sítio Saúde Verde, Espaço Território Sempre Viva, Millefolium, Horta Comunitária Etelvina Carneiro, Organização de Controle Social (OCS) Ubuntu, Sindicato dos Produtores Rurais, Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, Horta Comunitária Coqueiro Verde, Coletivo Roots Ativa, Núcleo Lixo Zero, Verdefolha, Ocupação Vitória, Ocupação Paulo Freire e Horta Urbana Mina D'água.

Tabela 2: Perfil dos respondentes representantes dos Espaços Agroecológicos (EAs) à pesquisa com frequências absolutas e relativas das variáveis amostradas.

Variável	n	%
Sexo		
Feminino	22	66,7
Idade (anos)		
<40	2	6,1
40-49	12	36,4
50-59	13	39,4
60-69	5	15,2
>69	1	3,0
Município		
Jaboticatubas	14	42,4
Belo Horizonte	7	21,2
Nova União	2	6,1
Nova Lima	2	6,1
Demais municípios*	8	24,2
Escolaridade (série concluída)		
Básico	5	15,2
Fundamental	2	6,1
Médio	9	27,3
Técnico	4	12,1
Superior	8	24,2
Pós-graduação	5	15,2
Participa de Associação Agroecológica		
Sim	31	93,9

*Demais Municípios: Betim, Brumadinho, Contagem, Esmeraldas, Rio Manso, Santa Luzia, Santa Bárbara e Santana do Riacho.

Fonte: elaborado pelo autor

4.2 Perfil agroecológico

Os espaços agroecológicos (EAs) amostrados desenvolvem diversas atividades agroecológicas, tendo sido identificadas o total de 14 atividades (Tabela 3). Três destas foram mencionadas por mais da metade dos participantes: “produção vegetal” (85%), “processamento de produtos de origem vegetal” (55%) e a “produção de sementes e mudas” (52%).

Em resposta a questão aberta sobre quais das atividades agroecológicas realizadas nas propriedades possuem potencial turístico e o porquê, os participantes indicaram 16 diferentes atividades (Tabela 3). “Produção vegetal” (30%) e “processamento de produtos de origem vegetal” (27%) aparecem novamente como as atividades mencionadas mais frequentemente, porém, apontadas por apenas uma parcela daqueles produtores que as praticam.

Os relatos obtidos conduzem ao entendimento de que praticamente todas as atividades agroecológicas realizadas nas unidades produtivas pesquisadas possuem algum potencial turístico, apresentando capacidade de sensibilizar visitantes acerca da interdependência entre o ser humano e a natureza, assim como relatado por um dos respondentes, ao afirmar que “*O cuidar da terra sem detrimento do cuidar do ser humano é o diferencial para fazer um espaço agroecológico ser lugar de turismo*”. Esse mesmo participante justifica o potencial turístico das atividades mencionadas destacando que “*estar em lugar que se possa compartilhar experiências é um pensamento indutivo ao turismo, pois a demanda das pessoas que tem compromisso com a vida é juntar os elementos da vida para se ter um bem viver*”. Estes depoimentos ilustram o potencial da integração entre o TBC e a agroecologia em propiciar espaços de trocas que favorecem o bem viver, a promoção da saúde humana e do meio ambiente. Segundo Acosta (2016, p. 29):

[...] o Bem Viver – enquanto filosofia de vida – é um projeto libertador e tolerante, sem preconceitos nem dogmas. Um projeto que, ao haver somado inúmeras histórias de luta, resistência e propostas de mudança, e ao nutrir-se de experiências existentes em muitas partes do planeta, coloca-se como ponto de partida para construir democraticamente sociedades democráticas.

Vale ressaltar outros aspectos abordados nas respostas que corroboram com a ideia de que a integração entre a agroecologia e o TBC contribuem para a mudança paradigmática do bem viver (ACOSTA, 2016; SOLÓN, 2019). Um dos respondentes afirma que “*é muito importante as pessoas (consumidores) saberem de onde vem e como são processados os alimentos que estão na sua mesa*”. Outro reflete a valorização e a perpetuação de conhecimentos tradicionais, ao relatar que se trata de “*uma cultura bem antiga e ainda preservada por nossa família*”. Uma das respostas sintetizou, metaforicamente, as perspectivas de integração do TBC com a agroecologia como potencializadora do bem-estar socioambiental: “*Porque através da experiência com os processos agroecológicos e a vivência das rotinas de uma propriedade voltada a esta produção, poderemos plantar no coração de cada participante a semente do respeito à natureza e da valorização da comida de verdade para a saúde e felicidade humana*”.

Tabela 3: Atividades agroecológicas desenvolvidas nos EAs amostrados e seu potencial turístico com suas frequências absolutas e relativas.

Variável	n	%
Atividades agroecológicas*		
Produção vegetal	28	84,8
Processamento de produtos de origem vegetal	18	54,5
Produção de sementes e mudas	17	51,5
Produção animal	14	42,4
Processamento de produtos de origem animal	10	30,3
Extrativismo sustentável orgânico	8	24,2
Processamento de insumos agrícolas	7	21,2
Processamento de fitoterápicos	5	15,2
Processamento de cosméticos	5	15,2
Construção ecológica	3	9,1
Captação de água de chuva	1	3,0
Processamento de insumos pecuários	1	3,0
Produção de cogumelos comestíveis	1	3,0
Saneamento rural sustentável	1	3,0
Atividades agroecológicas com potencial turístico*		
Produção vegetal	10	30,3
Processamento de produtos de origem vegetal	9	27,3
Produção animal	6	18,2
Produção de sementes e mudas	5	15,2
Reconhecimento de plantas silvestres	5	15,2
Processamento de produtos de origem animal	4	12,1
Tecnologias e estruturas ecológicas	4	12,1
Produção e processamento de fitoterápicos	4	12,1
Reconhecimento de animais silvestres	3	9,1
Extrativismo sustentável orgânico	3	9,1
Culinária tradicional	3	9,1
Processamento de insumos agrícolas	3	9,1
Agrofloresta	2	6,1
Compostagem e produção húmus	2	6,1
Processamento de insumos pecuários	1	3,0
Produção de cogumelos comestíveis	1	3,0

*Questão de múltipla escolha de seleção múltipla. A soma das proporções não corresponde a 100%.

As frequências se referem ao número de respostas positivas a cada uma das opções.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Do total de EAs pesquisados, 64% se constituem em propriedades particulares e 18% em hortas comunitárias. Exceto essas duas modalidades, todas as demais foram citadas por apenas um (3%) respondente cada (Tabela 4). Portanto, destaca-se que apesar de ter se identificado sete diferentes perfis de unidades produtivas de agroecologia, há uma concentração de propriedades privadas. É possível supor que este tipo EA – apesar de não disponibilizar o

compartilhamento de espaço aberto à comunidade, por serem particulares – tenham maiores chances de receber recursos e investimentos para além das práticas agroecológicas, tal como o TBC, na medida em que a segurança da posse territorial fornece mais estabilidade para essas práticas, como a de visita turística, favorecendo a diversificação de atividades, a rentabilidade e a sustentabilidade, inclusive econômica. Por outro lado, a carência de garantias legais em alguns EAs, tais como assentamentos, arrendamentos e algumas hortas comunitária, pode resultar em desestímulo aos investimentos com vistas à diversificação de atividades, como o TBC, por conta da instabilidade na continuidade do uso do território. Todavia, se tais investimentos fossem realizados, teriam o potencial de agregar valor turístico e sociocultural, podendo resultar no fortalecimento das respectivas comunidades em seus territórios e na conscientização e educação socioambiental dos visitantes.

Metade (50%) dos espaços agroecológicos possuem extensão territorial inferior ou igual a 3.000 m² e aproximadamente um terço (30%) deles possuem extensão superior a 10.000 m² (Tabela 4). O contexto dos EAs amostrados em RMBH é, portanto, majoritariamente de pequenos sítios e propriedades em áreas urbanas e periurbanas, sendo que cerca de dois terços (64%) dos EAs amostrados tem até meio hectare (5.000 m²). Os resultados demonstram que pelo menos dois terços das unidades produtivas não atingem as especificações de um módulo fiscal, segundo o considerado para propriedades rurais pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Em Belo Horizonte, por exemplo, o valor mínimo é de 5 hectares (50.000 m²), caracterizando-se como pequena propriedade. Assim, esses EAs não teriam as condições mínimas para que a sua exploração seja economicamente viável (BRASIL, 2022b), considerando atividades de cultivo, tradicionalmente destinadas ao contexto rural. Porém, a referência estabelecida pelo INCRA sob a lógica rural não contempla plenamente a diversidade dos cenários urbanos, periurbanos e rurais em que os EAs pesquisados se configuram. Todavia, a incorporação de atividades turísticas em EAs de pequena dimensão tem o potencial de contribuir para que elas possam alcançar sua viabilidade econômica ampliando os usos dos mesmos espaços.

Quanto à satisfação com a renda gerada atualmente nas unidades produtivas, quase 64% dos respondentes afirmaram não estarem satisfeitos, enquanto apenas um (3%) relatou estar plenamente satisfeito (Tabela 4). Por outro lado, 33% mencionaram geralmente estarem satisfeitos, porém que também desejam incrementar sua renda. Esses resultados corroboram com os achados relativos à extensão territorial dos EAs representados, que se segundo os

critérios do INCRA, não têm o tamanho mínimo para viabilidade econômica a partir das atividades de uso da terra, mesmo que alguns desses EAs estejam localizados em áreas urbanas ou periurbanas. Esta análise reforça o potencial e a relevância de que investimentos em atividades turísticas comunitárias possam contribuir para a diversificação e incremento de renda.

O tamanho reduzido dos espaços agroecológicos estudados alinha-se ao dado de que há poucas pessoas que neles trabalham. Verifica-se que 64% dos EAs contam com até 4 trabalhadores (Tabela 4). O número reduzido de pessoas dedicadas aos afazeres nas unidades produtivas é um indicador de uma capacidade limitada de recepção de visitantes. Portanto, o perfil das propriedades pesquisadas se caracteriza pela estrutura e força de trabalho limitadas para a oferta de serviços vinculados ao TBC, apesar da sua vocação para esse fim. Soluções a estes desafios podem surgir através de roteiros ou circuitos turísticos em rede entre EAs parceiros ou associados, intercalando e compartilhando serviços e vivências agroecológicas com outros atrativos do entorno.

Tabela 4: Características territoriais e organizacionais dos EAs com frequências absolutas e relativas das variáveis investigadas.

Variável	n	%
Tipo de posse das propriedades		
Propriedade Particular	21	63,6
Horta Comunitária	6	18,2
Área Arrendada	1	3,0
Assentamento Rural	1	3,0
Assentamento Urbano	1	3,0
Quilombo	1	3,0
Comodato	1	3,0
Misto	1	3,0
Tamanho das propriedades (m²)		
<500	2	6,1
500-1000	6	18,2
1001-2000	6	18,2
2001-3000	2	6,1
3001-5000	5	15,2
5001-10000	2	6,1
>10000	10	30,3
Satisfação com a renda produzida		
Sim	1	3,0
Geralmente sim, mas desejo incrementar	11	33,3
Não, desejo incrementar e diversificar urgentemente	15	45,5
Não	6	18,2
Número de trabalhadores nas propriedades		
Até 2	10	30,3
3-4	11	33,3
5-7	6	18,2
8-10	2	6,1
Mais que 10	4	12,1

Fonte: Elaborada pelo autor.

4.3 Perfil tecnológico

Relativo aos resultados apresentados que caracterizam o perfil tecnológico dos respondentes (Tabela 5), destaca-se que quase todos os respondentes (97%) acessam diariamente a *Internet*, sendo que quase dois terços (64%) acessa várias vezes ao dia. As categorias “4 dias na semana”, “2 dias na semana”, “Uma vez por semana” e “Nunca” foram apresentadas como opção de resposta, mas não foram assinaladas. Dois terços (67%) dos respondentes declaram utilizar as tecnologias de wi-fi e dados móveis em suas propriedades para acessar a *Internet*. Por outro lado, três (9%) participantes relataram não possuir acesso à *Internet* por wi-fi ou dados móveis em seus EAs. Quase todos (97%) participantes, exceto um (3%), informaram utilizar o celular como dispositivo de acesso à *Internet*. Computador foi o

segundo tipo de dispositivo com mais menções (30%). O acesso às tecnologias e o uso frequente de dispositivos de conexão à *Internet* constatados apresentam a possibilidade para soluções de integração, por meio do uso de ferramentas digitais para dispositivos móveis, que podem potencializar a realização de outras atividades econômicas nos EAs, como o TBC.

Porém, para estabelecer soluções digitais na integração de outras atividades econômicas será necessário o incentivo e instrução, pois resultados também demonstram que a maioria (73%) dos respondentes não utiliza canais digitais para atrair visitantes. Destes, 13 (40%) informaram que gostariam de utilizar algum canal digital para essa finalidade, enquanto 11 (33%) relataram que buscam atrair visitantes por meio de divulgação nas feiras de produtos orgânicos ou agroecológicos. Apenas nove (27%) informaram usar algum canal digital com esse propósito, sendo eles *WhatsApp*, Instagram e Facebook (Tabela 5). Alguns destes participantes mencionaram a utilização de mais de um canal, sendo o mais frequente o *WhatsApp*. Um respondente informou usar o “Site/Aplicativo da Prefeitura”, classificado na categoria “Outro”, enquanto nenhum respondente assinalou as alternativas “AirBnb”, “Booking” e “Twitter”, que foram apresentadas.

Chama a atenção que os principais canais digitais específicos para o ramo turístico não são utilizados por nenhum dos participantes, demonstrando que, no campo da divulgação, o potencial turístico não é aproveitado a partir do uso das ferramentas já disponíveis no mercado. Esses resultados geram uma nova questão de pesquisa, qual seja, a investigação dos motivos pelos quais os produtores subutilizam os canais digitais, particularmente aqueles especializados para as atividades turísticas. É possível supor que essa subutilização não decorra de acesso limitado à infraestrutura tecnológica, conforme demonstram os demais resultados sobre o perfil dos tecnológicos dos respondentes (Tabela 5). Por outro lado, é possível pensar que esse uso limitado decorra da falta de habilidade no manuseio de aplicações digitais ou da inadequação dos aplicativos disponíveis no mercado turístico aos requisitos e princípios específicos da agroecologia e do TBC. Caso a segunda hipótese se comprove, justifica-se o desenvolvimento de uma plataforma digital que objetive integrar atividades turísticas aos atrativos agroecológicos, vislumbrando o formato que permeia o cooperativismo de plataforma, por traduzir melhor os conceitos de organização coletiva e comunitária intrínsecos a agroecologia e ao TBC.

Tabela 5: Perfil tecnológico dos respondentes com as frequências absolutas e relativas das variáveis sobre o perfil tecnológico.

Variável	n	%
Frequência de acesso à Internet		
Todos os dias, várias vezes ao dia	21	63,6
Todos os dias, uma vez ao dia	11	33,3
Raramente	1	3,0
Método de acesso à Internet		
Via wi-fi e dados móveis	22	66,7
Somente via wi-fi	4	12,1
Somente via dados móveis	4	12,1
Não acesso Internet no EA	3	9,1
Dispositivos de acesso à Internet*		
Celular	32	97,0
Computador	10	30,3
Tablet	1	3,0
Televisão	1	3,0
Canais digitais utilizados para atrair visitantes*		
Não utiliza	24	72,7
WhatsApp	8	24,2
Instagram	5	15,2
Facebook	4	12,1
Site/Aplicativo da Prefeitura	1	3,0

*Questão de múltipla escolha de seleção múltipla. A soma das proporções não corresponde a 100%. As frequências se referem ao número de respostas positivas a cada uma das opções.

Fonte: Elaborada pelo autor.

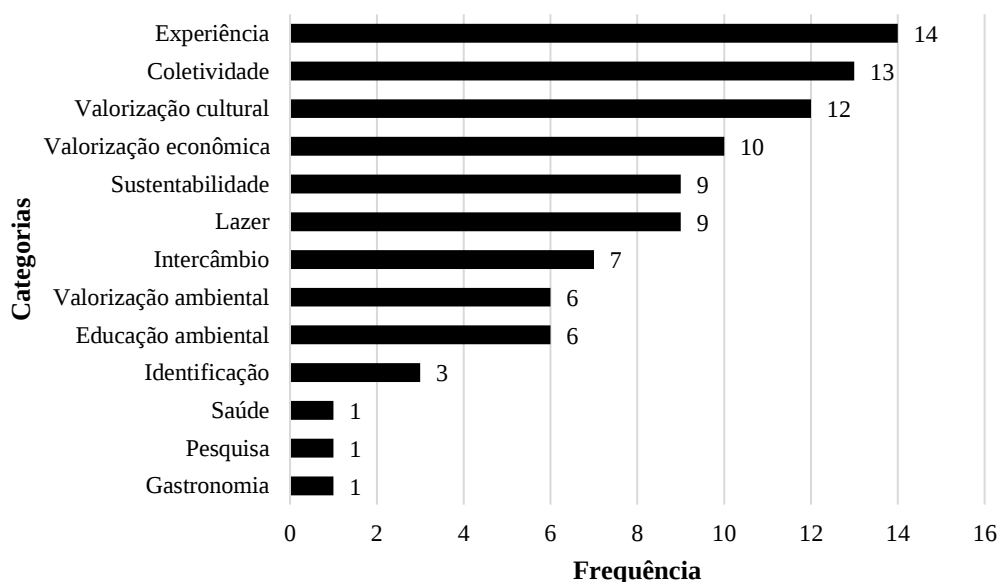
4.4 Perfil turístico

Para iniciar a coleta de dados sobre o perfil dos respondentes relativo ao turismo, eles foram indagados qualitativamente sobre seus entendimentos a respeito do turismo de base comunitária. As respostas obtidas apresentam ricas interpretações sobre o conceito, consonantes com a literatura acadêmica (SANSOLO e BURSZTYN, 2009; IRVING, 2009; SAMPAIO et al., 2011; HALLACK; BURGOS; CARNEIRO, 2011), abordando diversos temas (Figura 2). A partir da análise de conteúdo categorial, foram identificados núcleos de sentidos, sendo que a categoria mais relatada faz referência às oportunidades do TBC em proporcionar a oferta e a realização de vivências e experiências singulares (42%), que demonstram compreensões relativas às sinergias entre a modalidade do turismo de experiência e o TBC no contexto agroecológico pesquisado. Em sequência foram apresentadas respostas em relação às ideias de fortalecimento da coletividade e do senso comunitário (39%) e pelo tema da valorização das tradições, costumes e manifestações culturais das comunidades receptoras (36%) (Figura 2), evidenciando o entendimento dos participantes em relação ao

potencial das atividades turísticas comunitárias sobre a organização social do grupo receptor e da conservação cultural.

Alguns trechos das respostas obtidas elucidam essas compreensões alinhadas a alguns aspectos apresentados na literatura sobre o TBC, sendo *“o turismo que se estabelece na comunidade evidenciando o potencial turístico da comunidade ou unidade produtora. Aquele que se desenvolve em comunidades rurais e visam a integração com a natureza e a atividade”* e *“vivenciar o dia a dia de uma comunidade, seja ela rural, indígena, matriz africana e outros(as). É oferecer intercâmbio cultural. É a oportunidade de conhecer realidade de um povo que produz e sustenta o Brasil, que é a base”*.

Figura 2: Categorias da compreensão dos respondentes acerca do que é o turismo de base comunitária.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Para expressar seus entendimentos sobre o TBC os respondentes utilizaram diversas palavras, ilustradas em uma nuvem de palavras (Figura 3). O tamanho de cada palavra representa a frequência de sua recorrência nas respostas dos participantes, indicando algumas ideias prevaletentes. Os termos encontrados com mais frequência foram *“turismo”*, *“base”*, *“dia”*, *“visitas”*, *“rurais”*, *“território”* e *“renda”*, mas alguns termos também mencionados caracterizam de forma coerente os conceitos básicos do TBC que possuem interface com os princípios da agroecologia, tais como *“experiência”*, *“protagonista”*, *“respeito”*, *“trocas”*, *“valorizar”*, *“comunidade”*, *“natureza”*, *“conhecimento”* e *“oportunidade”*. Esses termos em conjunto expressam a ideia de que o TBC é uma oportunidade de aprimoramento da organização

instrumentos musicais, passeios a cavalo, museu (Inhotim), construções históricas (igrejas e ruínas), cultura rastafari, favela, áreas urbanas de lazer e conhecimentos tradicionais de plantas medicinais.

Destaca-se que as categorias que correspondem a atrativos naturais foram mencionadas 60 vezes, demonstrando o potencial da combinação entre o TBC e as várias modalidades de atividades de turismo, como o ecoturismo. Ressalta-se também a importância do planejamento e execução de roteiros em rede, em que se ampliam os potenciais turísticos de cada destino, ao contemplar e incluir demais indivíduos da comunidade, acontecimentos e atrativos do entorno.

Os participantes forneceram informações sobre a capacidade de recepção de visitantes em seus EAs, onde mais da metade (51%) dos respondentes afirmam poder receber mais de 10 pessoas simultaneamente, contrapondo 2 respondentes (6%) que declararam não ter condições para recepcionar atualmente (Tabela 6). Os motivos mencionados que dificultam ou impedem a realização de visitas nos EAs estão atrelados às questões de sazonalidade, falta de divulgação e, principalmente, falta de infraestrutura. Como relatado por um dos respondentes *“Podemos receber se for para visita rápida, não temos infraestrutura para receber e hospedar. No momento apenas se querem conhecer o processo”*. Esses relatos evidenciam a necessidade de investimentos para possibilitar a ampliação da oferta de serviços de TBC nos EAs amostrados.

Quase todos os participantes (97%) da pesquisa declararam já terem recebido, ao menos uma vez, visitantes em seus EAs. A atividade de recepção é habitual para dois terços (67%) dos respondentes, que afirmaram que seus EAs são visitados sempre (42%) ou frequentemente (24%) (Tabela 6). Esses dados confirmam que há uma demanda por atividades de visitação, dada a existência de público que já visita os EAs.

Relativo ao total de visitantes recebidos pelos participantes em seus EAs, nota-se que mais da metade (59%) dos respondentes declarou ter recepcionado até 50 pessoas para visitas, enquanto somente um quarto (25%) afirmou que seus EAs foram visitados por mais de 100 pessoas. Dois respondentes que informaram já terem recebido ao menos um visitante não responderam e foram classificados como “Ignorados” nessa questão.

As visitas são geralmente curtas, sendo que a maioria (59,5%) dos respondentes afirmaram que as visitas ocorreram em média somente durante um dia, sem pernoite (Tabela 6). Também se observou que mais de um quinto das visitas ocorreram por 2 pernoites (21,9%), em geral durante os finais de semana. Um dos participantes informou que há variações nos períodos de duração das visitas, de acordo com os grupos e suas finalidades, como pode ser

observado na sua afirmação de que “*visitas guiadas de um dia, cursos e mutirões de finais de semana ou uma semana de duração*”.

Apesar das visitas serem frequentes para a maioria dos participantes, elas não são valorizadas na maioria das vezes (66%), como apontam os resultados ao indicar que nenhum (22%) ou poucos (44%) visitantes contribuíram com pagamentos, trocas ou compra de produtos, conforme exposto na Tabela 6. É, portanto, evidente a falta de valorização das atividades turísticas de recepção, que muitas vezes exigem conciliação com as demandas do cultivo e produção agroecológica.

Tabela 6: Perfil turístico dos EAs com as frequências absolutas e relativas das variáveis investigadas.

Variável	n	%
Atrativos turísticos na propriedade ou no entorno*		
Vivências agroecológicas	24	72,7
Alimentação natural	21	63,6
Cachoeiras	17	51,5
Festividades tradicionais	16	48,5
Comidas típicas	16	48,5
Rios	14	42,4
Agrofloresta	13	39,4
Biodiversidade e presença de espécies carismáticas	12	36,4
Montanhas	11	33,3
Piscinas naturais	5	15,2
Outros	7	21,2
Capacidade de recepção de visitantes		
Até 2	3	9,1
3-4	3	9,1
5-7	4	12,1
8-10	4	12,1
Mais que 10	17	51,5
Não há condições de receber visitantes no momento	2	6,1
Frequência de recepção de visitantes		
Sim, sempre	14	42,4
Sim, frequentemente	8	24,2
Sim, raramente	9	27,3
Sim, só uma vez	1	3,0
Nunca recebi visitantes, mas gostaria	1	3,0

* Questão de resposta de múltipla escolha que permitiu a seleção de mais de uma alternativa pelos respondentes. A soma das proporções não corresponde a 100%. As frequências se referem ao número de respostas a cada uma das opções.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Tabela 6: Perfil turístico dos EAs com as frequências absolutas e relativas das variáveis investigadas (continuação).

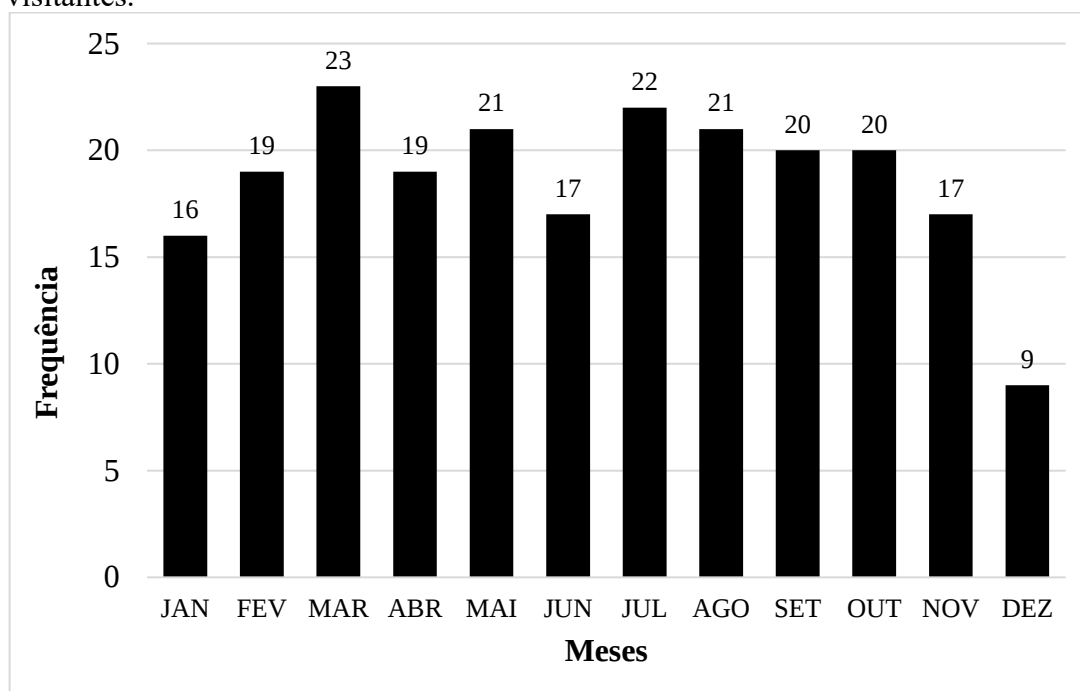
Variável	n	%
Total de visitantes recebidos**		
Até 2	1	3,1
3-5	2	6,3
6-10	4	12,5
11-20	4	12,5
21-50	8	25,0
51-100	3	9,3
101-1000	6	18,7
>1000	2	6,3
Ignorada	2	6,3
Período médio de duração das visitas**		
Sem pernoite	19	59,5
1 pernoite	2	6,2
2 pernoites	7	21,9
3-7 pernoites	2	6,2
>7 pernoites	1	3,1
Ignorada	1	3,1
Frequência de visitantes que contribuíram**		
Todos	1	3,1
A maioria	7	21,9
Metade	2	6,3
Poucos	14	43,8
Nenhum	7	21,9
Ignorada	1	3,1

** A questão se aplica apenas aos participantes que informaram já terem recebido visitantes, na resposta à questão sobre a frequência de recepção de visitantes nos EAs (32 respondentes).

Fonte: Elaborada pelo autor.

A distribuição da frequência mensal de preferência para recepção de visitantes evidencia que os meses de março e julho são os preferidos, mencionados por 70% e 67% dos respondentes, respectivamente (Figura 4). Por outro lado, dezembro apresenta-se como o mês de menor frequência de visitação (27%), seguido pelo mês de janeiro (48%), sendo os únicos meses que não foram citados por no mínimo metade dos participantes. Junho e novembro foram os terceiros meses com menor frequência de menções, representados em cerca de metade das respostas (51%). Esses resultados sugerem que existe uma preferência em não receber visitantes nos meses festivos de final e início de ano, das férias de junho e nos períodos mais chuvosos (Figura 4).

Figura 4: Distribuição de frequência dos meses de preferência para recepção de visitantes.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Uma análise adicional dos dados sobre os meses de preferência para a possível recepção de visitantes nos EAs evidencia uma mediana de 7, ou seja, 50% dos respondentes preferem receber visitantes por pelo menos sete meses do ano, ao passo que aproximadamente um quarto dos participantes (24%) prioriza recepcionar visitantes por pelo menos 11 meses no ano (Figura 5). Quase um terço dos respondentes (30%) prefere receber visitas turísticas por no máximo três meses, conforme ilustrado nas dez primeiras linhas da Figura 5. Uma verificação visual dos meses preferidos por cada participante demonstra um perfil de concentração de meses preferenciais no primeiro semestre do ano, relativa aos participantes que apontaram menor número de meses preferidos para realizar recepções (Figura 5).

É possível que esse perfil de preferência de recepção de visitantes decorra da combinação de diferentes fatores, tais como a estrutura e a força de trabalho disponíveis, as atividades produtivas características de cada tipo de alimento cultivado nos EAs, o grau de acesso aos territórios, determinado pela localização e pelas condições climáticas, e necessidades pessoais, como privacidade e tempo, compreendendo as dimensões do TBC como atividade complementar. Portanto, esses fatores devem ser considerados no possível estabelecimento de calendários de visita adequados a cada iniciativa, facilitando a sincronização para a realização de roteiros integrados entre os EAs.

Ressalta-se que a frequência de meses de preferência de visitação provavelmente apresenta uma relação aproximadamente direta com a possibilidade de incremento de renda decorrente das atividades turísticas, de modo que as possibilidades de integração do TBC com as atividades agroecológicas como meio de potencialização da subsistência dependem de uma análise minuciosa das condições que interferem na frequência e regularidade do recebimento de visitantes e do enfrentamento das dificuldades indentificadas para o melhor resultado dessa integração.

Figura 5: Meses de preferência para recepção de visitantes e frequência de meses de preferência por respondente.

Respondentes por ordem crescente de frequência de meses	Meses												Frequência de meses de preferência por respondente
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
1													1
2													1
3													2
4													2
5													2
6													3
7													3
8													3
9													3
10													3
11													4
12													4
13													5
14													6
15													6
16													6
17													7
18													7
19													8
20													8
21													8
22													9
23													9
24													10
25													10
26													11
27													11
28													12
29													12
30													12
31													12
32													12
33													12

Fonte: Elaborada pelo autor.

Conforme apontam as respostas qualitativas obtidas via questionário, a preferência dos participantes em receber determinados perfis de visitantes se relaciona com algumas características das pessoas ou grupos, tais como faixa etária, ocupação, estado de saúde, arranjos familiares, e com as finalidades das visitas como, por exemplo, lazer, eventos, estudos, pesquisas, intercâmbio e apoio social (Figura 6).

A característica de maior destaque identificada na questão que investiga o perfil desejado de visitantes foi possuir interesse agroecológico, citado em 67% das respostas (Figura 6). Segundo os respondentes, essa característica engloba desde entusiastas e curiosos com o tema, consumidores potenciais de produtos, estudiosos, até outros trabalhadores da agroecologia, tal como é proposto nas visitas de pares do método de certificação do SPG. Esse resultado demonstra o alinhamento das expectativas dos respondentes com as propostas do TBC, no qual as atividades cotidianas realizadas nos EAs se configuram como atrativos relevantes para o turismo, assim como exemplificado nos relatos de dois dos respondentes, que almejam receber *“Pessoas simples e humildes como a gente, que gostam e valorizam as coisas da roça, o trabalho da gente e que gostarão do nosso cardápio”* e *“Pessoas que apoiam a agroecologia, produtores que gostam de trocar experiências e visitantes que gostariam de adquirir produtos”*.

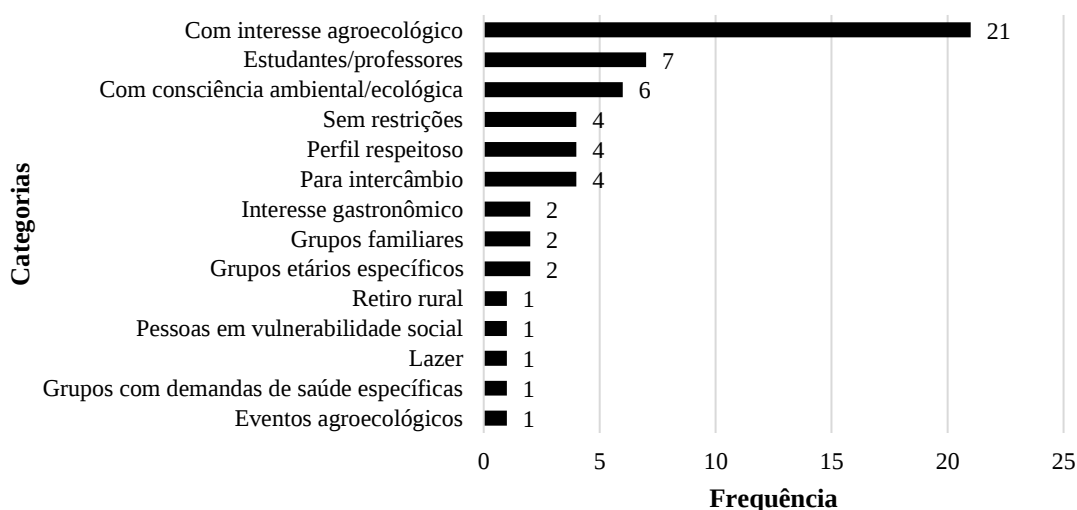
O perfil de estudantes, professores e pesquisadores (21%) foi apontado como a segunda característica mais desejada referente ao perfil dos visitantes, demonstrando o interesse dos respondentes em colaborar com o desenvolvimento e a disseminação de conhecimentos na área, que possam contribuir para a melhoria do contexto agroecológico. Esse resultado sugere que os participantes identificam o potencial dos EAs junto ao TBC como espaços propícios para a promoção da educação ambiental não formal e para a produção de conhecimento técnico-científico na área de agroecologia, como ilustrado em uma das respostas, em que o respondente menciona que deseja receber *“Pessoas interessadas em aprender e trocar conhecimentos/experiências, estudantes, professores, crianças, idosos e agricultores”*.

A demonstração de consciência ambiental e ecológica (18%) e comportamentos como o de respeito aos espaços e aos modos de vida locais (12%) também são características desejadas pelos participantes, que podem ser ilustradas pelo relato de preferência em receber visitantes *“Ligados à natureza, às plantas e ao ‘agrosagrado’, com respeito à diversidade e que gostam de caminhar pela natureza”*.

O potencial de intercâmbio de conhecimentos e experiências foi mencionado por 12% dos respondentes, sugerindo que eles visualizam, a partir dessas trocas, oportunidades de ampliação dos conhecimentos que possam contribuir para o aprimoramento das atividades agroecológicas, incorporando conceitos vinculados à concepção mais ampla da agroecologia, assim como exemplificado nas declarações de dois dos participantes ao relatarem que desejam receber “*Pessoas que se dispõem a vivenciar e contribuir com a arteeducação, baseada nos fundamentos indígenas e de Paulo Freire*” e “*Os que buscam informações sobre agroecologia e trazem informações sobre o bem viver*”.

Por outro lado, apenas 12% dos participantes declararam não terem restrições sobre o perfil de visitantes que almejam receber em seus EAs. Outras características desejadas, ainda que com frequências menores, podem ser verificadas na Figura 6.

Figura 6: Frequência absoluta por categoria de perfil de visitante que os respondentes gostariam de receber nos EAs.



Fonte: Elaborada pelo autor.

A preferência dos respondentes em não receber perfis específicos de visitantes se relaciona com algumas características das pessoas ou grupos (tais como comportamentos desrespeitosos, viés político reacionário, sem interesse agroecológico, turistas convencionais – “com expectativas de serem servidos” – ou crianças) e com as finalidades das visitas (como turismo convencional, festas e uso de drogas) (Figura 7).

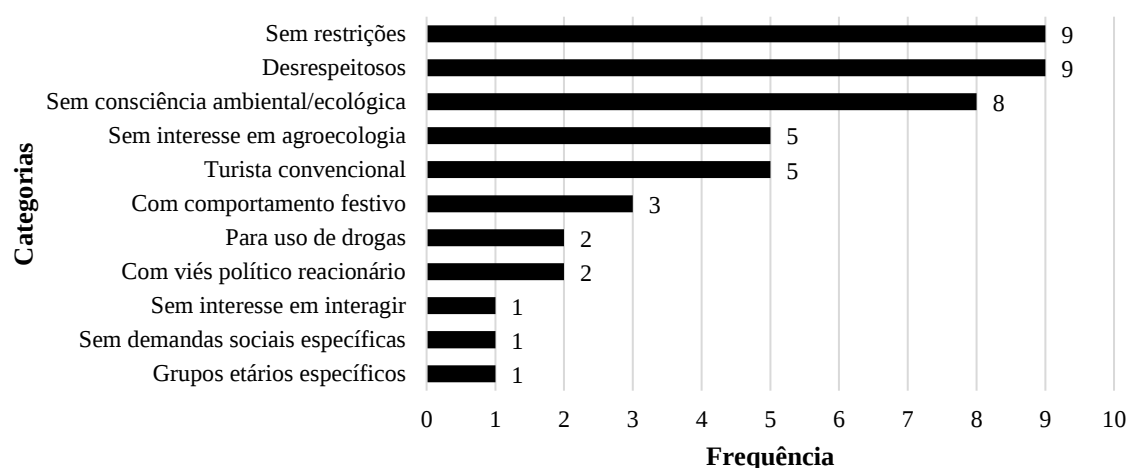
As categorias “sem restrições” e “desrespeitoso” foram as mais frequentes, ambas com 27%, seguidas pelos visitantes “sem consciência ambiental e ecológica”, com 24% (Figura 7).

A resposta de um dos participantes ilustra as restrições mencionadas com maior frequência, ao declarar que não deseja recepcionar “*Pessoas sem educação e sem respeito à simplicidade das pessoas, à natureza e à diversidade religiosa e cultural*”.

A menção de um dos participantes sobre não desejar receber visitantes “*Ligados à direita e aqueles que acham que sempre tem um serviçal ao seu dispor*” exemplifica um conjunto de núcleos de sentidos correspondentes às categorias “desrespeitoso” (27%), “turista convencional” (15%) e “reacionário” (6%), que conformam um perfil de visitante indesejado (Figura 7).

O número de categorias oriundas da análise de conteúdo relativa aos perfis de visitantes não desejados foi menor em comparação com o do perfil desejado. Contudo, verifica-se grande correspondência entre as categorias desejadas e suas antagônicas não desejadas, o que evidencia consistência dos resultados e clara identificação do público alvo almejado pelos respondentes para a prática do TBC em seus EAs. Os resultados evidenciam a preocupação em atrair visitantes que estejam alinhados com os propósitos da agroecologia, sem as expectativas do turismo convencional, assim como exposto por um dos participantes que acredita que “[...] *quem procura conhecer uma propriedade rural precisa estar ciente das dificuldades e dos poucos recursos que temos a oferecer*”, e por outros respondentes que desejam receber “*pessoas interessadas na agroecologia, na culinária local, na desintoxicação das grandes cidades*”, “*na produção artesanal, [...] na diversidade natural*” e “[...] *nos cuidados com a terra*”.

Figura 7: Frequência absoluta por categorias de perfil de visitantes que os respondentes não gostariam de receber nos EAs.



Fonte: Elaborada pelo autor.

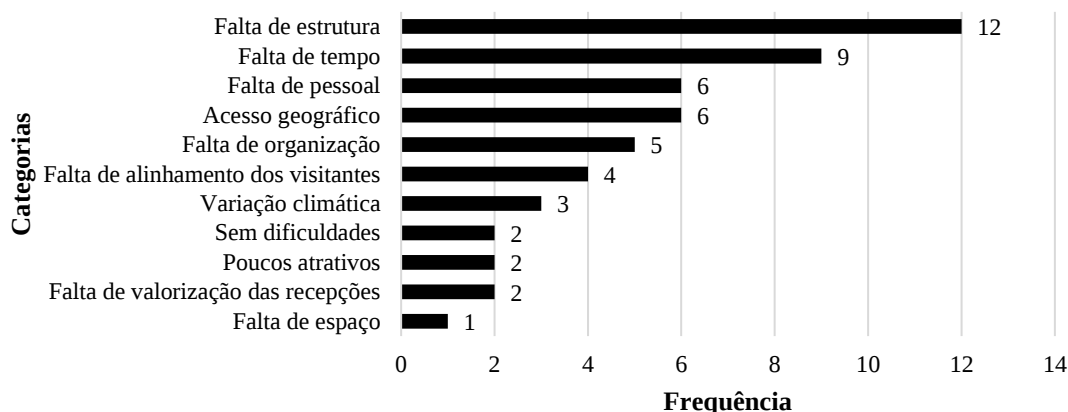
Os participantes apontaram diversos desafios para a incorporação de atividades de TBC em seus EAs, abrangendo questões estruturais, de recursos humanos, climáticas, de público, de acesso e de agenda (Figura 8). A categoria que apresentou maior frequência foi a das dificuldades relativas à falta de estrutura nos EAs, relatada em mais de um terço das respostas (36%) (Figura 8). Os desafios mais recorrentes nessa categoria são relativos à falta ou inadequação da infraestrutura sanitária e dos dormitórios para a oferta de serviços de hospedagem, inviabilizando períodos de estadia prolongados.

A falta de tempo dos integrantes dos EAs para receber visitantes (27%), agravada pela falta de pessoal (18%) foram desafios frequentemente mencionados pelos respondentes (Figura 8). A incorporação do TBC é idealizada como atividade complementar, impondo o desafio de conciliação das agendas relativas ao cultivo e à hospitalidade. A resposta de um dos participantes ilustra esse contexto ao declarar que *“Devido à nossa rotina, temos pouco tempo para recepcionar. O visitante precisa ter um perfil independente. Meu desafio é não ter mão de obra para as tarefas domésticas”*

Relatos de dificuldades de “acesso geográfico” aos EAs estão presentes em 18% das respostas (Figura 8), citando adversidades como a falta de transportes públicos, a precariedade de estradas sem asfalto, que intensificam a dificuldade em períodos de chuvas. Esse contexto é descrito por um respondente, ao relatar que *“[...] A distância geográfica e a falta de recursos das pessoas para chegarem à unidade produtiva”* apresenta-se como um desafio para a realização de atividades de TBC em alguns dos EAs.

A “falta de organização” também está entre os desafios mais mencionados para a integração (15%) do TBC aos EAs (Figura 8), como exemplificado no relato de um dos pesquisados, ao afirmar que *“[...] a questão do conhecimento do perfil do turista que, muitas vezes, chega sem avisar e quer conhecer a produção, porque ouviu alguma informação a respeito e acha que tem alguém disponível o tempo todo”*. Este dado demonstra a necessidade de mecanismos que facilitem a sincronização da comunicação, operacionalização e organização entre os agricultores e os visitantes, assim como apontado por outro participante ao relatar a *“[...] falta de um projeto que favoreça o encontro dos mesmos, dinamismo”*.

Figura 8: Frequência absoluta por categorias de dificuldades e desafios que os respondente consideram para receber visitas turísticas nos EAs.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Foram relatados facilitadores e oportunidades relativas à integração do TBC aos EAs pesquisados, contemplando utilidades, como a existência de estruturas e espaços ociosos e a possibilidade de ressignificação de atrativos e experiências existentes, além de benefícios, tais como a diversificação e o aumento de renda e de clientela, a satisfação dos respondentes com os encontros, o compartilhamento de conhecimentos, a promoção da educação ambiental, entre outros, que foram categorizados a partir dos núcleos de sentidos identificados nas respostas abertas, como exposto na Figura 9.

Três categorias foram citadas com maior frequência dentre as oportunidades apontadas pelas EAs amostrados, mencionadas por dez participantes (30%) cada uma (Figura 9). Duas destas demonstram a oportunidade de utilização de bens materiais, como espaços e atrativos naturais disponíveis e estruturas físicas construídas, assim como bens imateriais, tais como vivências e experiências agroecológicas e tradicionais que já são realizadas no cotidiano dos respondentes. A terceira categoria aborda a perspectiva de aumento e diversificação de renda com a incorporação do TBC. Esses facilitadores são ilustrados pela resposta de um respondente que declara visualizar o “*Aumento da renda usando um espaço ocioso da casa, com o que já tenho, sem precisar investir capital. Oportunidade de troca de conhecimentos e saberes*”.

A satisfação dos encontros (15%) proporcionados pelo turismo e o compartilhamento de conhecimentos (12%) também estão entre as categorias mencionadas com mais frequência (Figura 9). A resposta de um dos participantes ilustra os benefícios vislumbrados por ele, ao declarar que há “[...] possibilidades de formação e sensibilização em agroecologia, possibilidade de compartilhar nossas histórias e de associadas e associados”.

Figura 9: Frequência absoluta por categorias de oportunidades e facilitadores que os respondentes consideram para receber visitas turísticas nos EAs.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Os participantes forneceram diversos comentários, por meio de resposta aberta opcional do questionário, a respeito da relação entre a agroecologia e o TBC. As categorias identificadas foram agrupadas por similaridade, sendo nove diferentes categorias agrupadas como relatos gerais dos respondentes, oito como pontos positivos e quatro como pontos negativos, conforme a Figura 10.

A categoria que apresenta maior frequência está agrupada entre os pontos positivos, contemplando a percepção dos respondentes sobre questões relativas a geração e a diversificação de renda, citada por 21% dos respondentes (Figura 10). Estes pontos são ilustrados pelos relatos de dois dos pesquisados, no qual um deles visa “[...] no turismo uma fonte de renda, que assegura a família na terra, principalmente os mais jovens não precisando sair das suas origens e sobrecarregando as grandes cidades” e o outro que deseja “[...] que as pessoas pratiquem mais o turismo de base comunitária, assim aumentando a oportunidade do pequeno agricultor no mercado de consumo, de produtos de boa qualidade, sem agrotóxicos”.

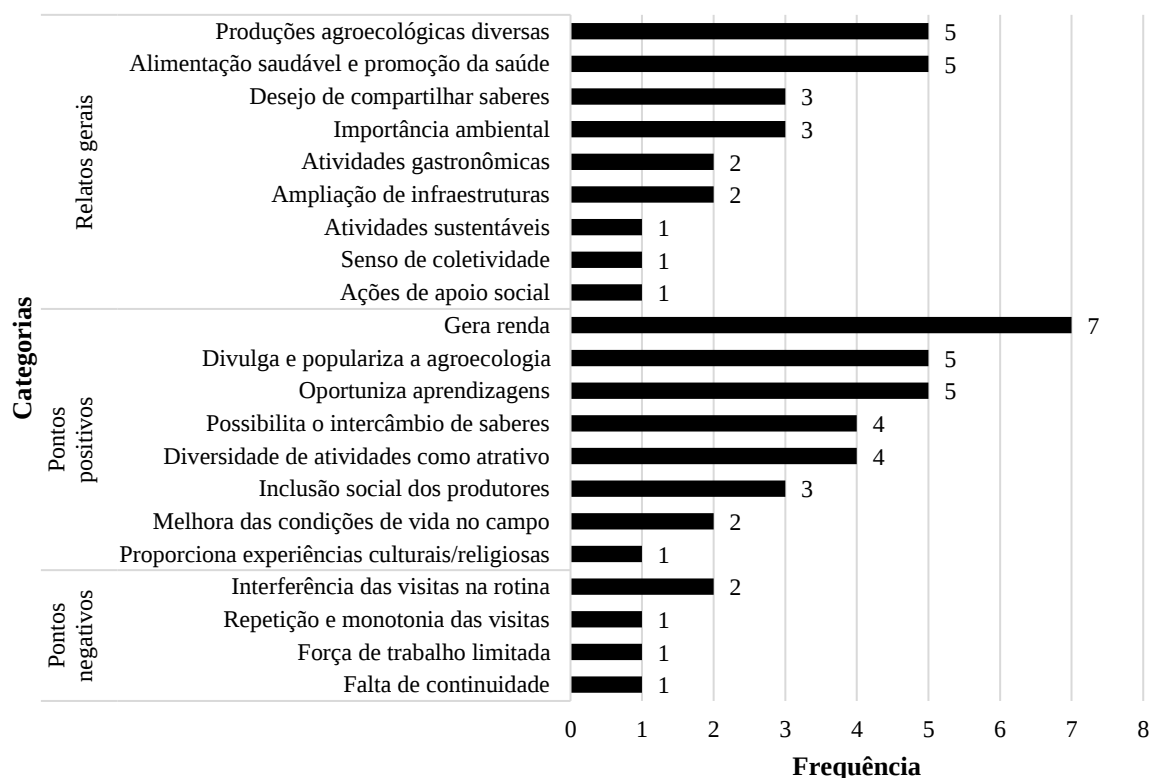
A oportunidade de aprendizagens e a possibilidade de divulgação e popularização da agroecologia também foram categorias mencionadas mais frequentemente entre os pontos positivos, ambas citadas por 15% dos participantes (Figura 10), que podem ser exemplificadas pelo relato de um deles, ao declarar que “A agroecologia precisa ser mais divulgada, pois várias pessoas não sabem da necessidade de praticá-la. Precisamos ensinar como cuidar da

terra, cobrindo o solo, cultivando sementes crioulas, pois assim as próximas gerações terão alimentos. Segurança Alimentar é o nosso maior tesouro.”

Dentre as categorias agrupadas nos relatos gerais, ressaltam-se as menções à diversidade de produções agroecológicas (15%) que os participantes realizam, possibilitando maior número de vivências a serem ofertadas como atrativos para a realização de atividades turísticas, e as diferentes declarações acerca da importância da oferta e da conscientização sobre a alimentação saudável como promotora da saúde humana e da natureza (15%), no qual o TBC pode ser um potencializador (Figura 10). A resposta de um dos pesquisados ilustra essas e outras categorias, ao declarar que *“A agroecologia é uma experiência incrível, de muita abundância e deve ser compartilhada, divulgada aos quatro ventos para que as pessoas saibam da sua importância não só alimentar, mas na preservação do meio ambiente”*.

Dificuldades e empecilhos também foram comentados pelos participantes, sendo agrupados como pontos negativos, tais como as interferências que as atividades de recepção têm na rotina dos produtores, a repetição, a monotonia e a dificuldade financeira de um projeto educativo de visitas à alguns EAs. No total, foram identificados núcleos de sentidos que se enquadraram nesse agrupamento em somente cinco comentários (Figura 10). As interferências das atividades turísticas não planejadas na rotina de trabalho foi a categoria mais citada nesse grupo, sendo mencionadas nas respostas de dois respondentes (6%) (Figura 10). Um dos participantes exemplifica essas categorias ao relatar que *“É bom receber as visitas. O chato é quando a gente está trabalhando e temos que parar tudo que estamos fazendo”* e que complementa afirmando que *“[...] a conversa rende, tem visitas que vem aqui várias vezes e todas as vezes eles perguntam as mesmas coisas e nós respondemos as mesmas respostas”*.

Figura 10: Frequência absoluta por categorias derivadas dos comentários adicionais dos respondentes sobre a relação entre a agroecologia e o turismo de base comunitária.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Para algumas variáveis em que havia hipótese implícita de possível associação, realizaram-se, de modo exploratório, análises a fim de verificar a existência de associações estatisticamente significativas. Destaca-se que a maioria delas não apresentou significância estatística, tais como tipo de posse da propriedade e capacidade de recepção (nº de visitantes) (teste exato de Fisher: $p\text{-valor} < 0,071$); tamanho da propriedade e satisfação com a renda produzida (teste exato de Fisher: $p\text{-valor} < 0,710$); tamanho da propriedade e capacidade de recepção de visitantes (teste exato de Fisher: $p\text{-valor} < 0,465$); e número de trabalhadores e frequência de recepção de visitantes (teste exato de Fisher: $p\text{-valor} < 0,899$). Alguns resultados de associações testadas podem ser verificados no Apêndice 2. Possivelmente, algumas das associações não estatisticamente significativas decorram do tamanho da amostra que, mesmo sendo por conveniência (não probabilística), serviria para evidenciar associações referentes à amostra obtida.

Verificou-se associação significativa entre os níveis de escolaridade e satisfação com a renda obtida nos EAs (Tabela 7). À medida que aumenta a escolaridade, diminui o nível de satisfação com a renda. É possível supor que a expectativa de renda das pessoas com maior

escolaridade seja mais elevada, de modo que se torna menos provável a satisfação com a renda advinda das atividades agroecológicas.

Tabela 7: Associação entre escolaridade e satisfação com a renda.

Escolaridade	Satisfação com a renda				Total		p-valor
	Sim		Não				
	n	%	n	%	n	%	
Fundamental	5	41,7	2	9,5	7	21,2	*0,049
Médio/técnico	5	41,7	8	38,1	13	39,4	
Graduação/Pós-graduação	2	16,6	11	52,4	13	39,4	
Total	12	100,0	21	100,0	33	100,0	

*Teste exato de Fisher.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Também foi verificada associação significativa entre os níveis de escolaridade e o número de visitantes que podem ser recebidos nos EAs (Tabela 8). Observa-se que os EAs cujos representantes possuem graduação ou maior escolaridade têm menor capacidade de recepção de visitantes em comparação aos EAs cujos participantes possuem menor escolaridade. Uma possível explicação para esse resultado é a percepção por parte dos agricultores com maior escolaridade de que os visitantes teriam maior nível de exigência em relação aos requisitos mínimos para serem recebidos. Há ainda a possibilidade de que outras características não testadas possam explicar esses achados como, por exemplo, a não priorização no investimento de recursos e tempo para a recepção de turistas em detrimento das demais atividades agroecológicas, e a constituição recente da unidade produtiva no território, ambas mencionadas em respostas à questão qualitativa sobre as dificuldades e desafios de receber visitantes.

Tabela 8: Associação entre escolaridade e capacidade de recepção (nº de visitantes).

Tabela 5. Associação entre escolaridade e capacidade de recepção (nº de visitantes).							
Escolaridade	Capacidade de recepção (nº visitantes)				Total		p-valor
	0-10		> 10				
	n	%	n	%	n	%	
Fundamental/médio/técnico	6	37,5	14	82,4	20	60,6	*0,013
Graduação/Pós-graduação	10	62,5	3	17,6	13	39,4	
Total	16	100,0	17	100,0	33	100,0	

*Teste exato de Fisher.

Fonte: Elaborada pelo autor.

5. CONCLUSÃO

Os resultados evidenciam que os EAs da RMBH participantes do estudo possuem um perfil heterogêneo, representado pela dispersão geográfica em áreas urbanas, periurbanas e rurais, sendo em sua maioria propriedades particulares de pequena extensão, de agricultura familiar e elevada diversidade de atividades agroecológicas, sobressaindo a produção e o processamento de produtos de origem vegetal.

Os EAs e seus entornos possuem um potencial elevado para o desenvolvimento turístico, devido à existência de múltiplos atrativos naturais, arquitetônicos, históricos, culturais, artísticos, gastronômicos e religiosos, para além das próprias vivências agroecológicas, consideradas pelos próprios agricultores como um dos principais atrativos e oportunidades, já que propiciam aos visitantes vivenciar as práticas tradicionais, ao mesmo tempo que as valorizam e fortalecem. Apesar disso, a atividade turística com retornos justos aos EAs ainda é bastante incipiente. Vem sendo praticado, predominantemente, visitas de curta duração e sem pernoite, em decorrência da falta de estrutura para receber visitantes, do exercício da atividade turística de forma intuitiva e não planejada e da sua baixa valorização como complementação de renda, o que é agravado pela subutilização dos recursos digitais para fins de promoção do turismo nas propriedades.

Portanto, o perfil dos EAs estudados se assemelha aos descritos como comuns às iniciativas que desenvolvem o TBC no país, indicando que há um ambiente propício na RMBH para a integração do TBC às atividades agroecológicas. A diversidade de contextos apresentados pelos EAs e sua organização em associações favorecem a estruturação de roteiros turísticos em rede, que potencializam a distribuição dos benefícios gerados pelo TBC entre os participantes, de modo a fortalecer o senso comunitário e a estruturação local colaborativa atrelada à economia solidária. Essa proposta de mobilização em rede pode ser oportunizada pelo atual momento de constituição do OPAC do SPG RMBH, ao viabilizar a articulação e o apoio junto às universidades, ONGs, movimentos sociais e órgãos governamentais, valendo-se das recentes políticas públicas estaduais para o TBC, além da possibilidade de compreender as visitas de pares como ocasiões de experimentação para os exercícios de recepção.

A otimização do uso de meios digitais como ferramenta de integração, organização, operacionalização e divulgação de serviços turísticos pode viabilizar a implementação dessa proposta de turismo comunitário em rede, favorecendo a conexão e a compatibilização entre anseios e possibilidades dos trabalhadores agroecológicos e as demandas do TBC. Para que

haja essa integração, recomenda-se o treinamento dos envolvidos em gestão de turismo e de recursos digitais, valendo-se de iniciativas afins já existentes, como a Agroecologia em Rede, a Rede de Turismo Rural Consciente, a *Open Food Brasil* e a Cooperativa Educação, Informação e Tecnologia para a Autogestão. Recomenda-se a integração e o desenvolvimento de um projeto tecnológico voltado às especificidades da integração do TBC aos EAs. Este projeto deve, portanto, guiar-se pelo contexto agroecológico, pelo protagonismo dos agricultores e pelos princípios da economia solidária e do TBC. A iniciativa deve utilizar modelos de software livre para possibilitar o acesso democrático e o cooperativismo de plataforma, buscando autonomia na gestão.

Vale observar que a proposição e desenvolvimento dessa pesquisa despertou nos atores sociais envolvidos a percepção de que atividades realizadas corriqueiramente se constituíam, de fato, em práticas incipientes de TBC. Esse despertar resultou no fortalecimento do debate sobre o tema no movimento agroecológico de RMBH, na inclusão do mesmo no planejamento anual da AHA e na submissão de propostas para captação de recursos. Assim, recomenda-se a realização de novas pesquisas comprometidas em ampliar o mapeamento de demandas e dos requisitos dos agricultores agroecológicos e dos turistas com interesse nessa temática, bem como avaliar o que for implementado, propondo outras soluções para consolidar a integração da agroecologia com o TBC. Esta iniciativa tem potencial de efetivar a inclusão dessa temática nas agendas públicas em diferentes esferas.

Identificou-se que a integração entre o TBC e a agroecologia na RMBH é uma iniciativa desejada e, em algum grau, já realizada, mas que apresenta um grande potencial de expansão. O fomento desta integração é uma oportunidade de complementação da renda para as iniciativas agroecológicas e de educação ambiental para os visitantes. Destaca-se que a integração do TBC à agroecologia contribui para a mudança de paradigma com vistas ao bem viver, à saúde e ao bem-estar socioambiental, por meio da conservação, restauração e uso sustentável da diversidade biocultural dos territórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABETA-Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura. **Manual de boas práticas de acessibilidade em ecoturismo e turismo**. Belo Horizonte, 2010.

ACOSTA, A. **Bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Rafael Duarte Oliveira Venancio. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

AGROECOLOGIA EM REDE. Disponível em: <<https://agroecologiaemrede.org.br/>>. Acesso em: 14 abril. 2023.

ALENCAR, V. G. S. L. **Agroecologia para além do rural e urbano na RMBH**. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design, Universidade Federal de Minas Gerais.

ALMEIDA, F. B. et al. Estudo do contexto sócio-ambiental de agricultores familiares do entorno do Parque Estadual do Ibitipoca – MG: a perspectiva do turismo como agente do desenvolvimento de comunidades rurais no entorno de áreas protegidas. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, II, 2010, Viçosa. **Anais de resumos expandidos**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2010. p. 65-69.

ALMEIDA, D. A. O. de. **Isto e aquilo**: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Belo Horizonte, 2016. 438 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais.

ALMEIDA, D. A. O. et al. **Anuário das agriculturas metropolitanas 2020/2021**: uma publicação sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte: UFMG/IGC, Auê! Estudos em Agricultura Urbana, 2022. Disponível em: <<https://aueufmg.wordpress.com/anuario-das-agriculturas-metropolitanas-primeira-edicao/>>. Acesso em: 02 out. 2022.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. **Agroecologia**: teoria e prática para uma agricultura mais sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2004.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

ALTIERI, M. A.; TOLEDO, V. M. **The agroevolutionrevolution in Latin America**: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. *Journal of Peasant Studies*, 38(3), 587-612; 2011.

ALVEAR, C. A.; NEDER, R.; SANTINI, D. **ECONOMIA SOLIDÁRIA 2.0**: por um cooperativismo de plataforma solidário. **P2P E INOVAÇÃO**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 42–61, 2023. DOI: 10.21721/p2p.2023v9n2.p42-61. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/6268>. Acesso em: 24 maio. 2023.

ANTONELLI, A. Indigenous knowledge is key to sustainable food systems. **Nature**, v. 613, n. 7943, p. 239–242, jan. 2023.

ARAÚJO, W. M. A. **O potencial do turismo de natureza como pioneiro na retomada do turismo pós-pandemia**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ATZ, A. M. D. V.; ECKERT, C.; CERVI, A. R.; NEUTZLING, C. O.; POHL, L. M. P.; KAPPEL, P. Educação ambiental em áreas de turismo rural – uma experiência em busca da sustentabilidade. **Rev. Bras. de Agroecologia**, v. 2, n. 2, out. 2007.

BALDASSO, N. A.; CALCANHOTTO, F. A.; ANNONI, A. O Turismo Rural Agroecológico: Uma Proposta de construção do Desenvolvimento Sustentável nas Regiões do Vale do Rio dos Sinos e Vale do Paranhana e Encosta da Serra. 1º Encontro de Economia Gaúcha 2002, Porto Alegre, 2002. **Anais...** Disponível em: < <https://goo.gl/D062DD> >. Acesso em: 10 jan. 2023.

BALEEIRO, A. V. F. Transdisciplinaridade no diálogo entre agroecologia e agricultura sintrópica. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 17 ago. 2020.

BALSALOBRE-LORENTE, D. et al. The effects of tourism and globalization over environmental degradation in developed countries. **Environmental Science and Pollution Research International**, v. 27, n. 7, p. 7130–7144, mar. 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 1977.

BARRETO, M. As ciências sociais aplicadas ao turismo; SERRANO, C.; BRUHNS, H.; LUCHIARI, M. (Org.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papirus, 2000, pp. 17-36.

BENITES, M.; MAMEDE, S. Ecoturismo de base comunitária na comunidade quilombola Furnas da Boa Sorte, Corguinho (MS): planejamento e sustentabilidade. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 100-119, fev./abr. 2020.

BOEF, W. de; THIJSEN, M. H.; OGLIARI, J. B.; STHAPIT, B. R. (Orgs.). **Biodiversidade e agricultores**: fortalecendo o manejo comunitário. Porto Alegre: L&PM, 2007.

BRAGA, M. B.; SELVA, V. S. F. O turismo de base comunitária pode ser um caminho para o desenvolvimento local? **REDE - Revista Eletrônica do PRODEMA**, v. 10, n. 1, 17 mar. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 fev. 2022.

_____. **Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998**. Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992. DOU de 17/3/1998a.

_____. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**: dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial, 28 de abril de 1999

_____. Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 dez. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm>. Acesso em: 25 ago. 2022.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**, lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5. ed. aum. Brasília, 2004: MMA/SBF.

_____. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo**: Marcos conceituais. Brasília, 2006a: Ministério do Turismo.

_____. **Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jul. 2006b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 25 ago. 2022.

_____. Ministério do Turismo. **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

_____. Decreto n. 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 ago. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm>. Acesso em: 22 ago. 2022.

_____. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. 1ª edição, 1ª reimpressão ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.

_____. **Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113123.htm. Acesso em: 20 nov. 2022.

_____. **Decreto 9.763, de 11 de abril de 2019**. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, com vistas a desenvolver, a ordenar e a promover os segmentos turísticos relacionados com o Patrimônio Mundial Cultural e Natural do Brasil. Brasília, 17 de setembro de 2008.

_____. Ministério do Turismo. **Anuário Estatístico de Turismo**. 2022a. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/observatorio/anuario-estatistico/anuario-estatistico-de-turismo>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

_____. **Instrução Especial nº 5, de 29 de julho de 2022 - DOU - Imprensa Nacional.** 2022b. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BUHALIS, D.; LAW, R. Progress in information technology and tourism management: 20 years on and 10 years after the Internet: The state of eTourism research. **Tourism Management**, v. 29, n. 4, p. 609-623, Aug. 2008. DOI: 10.1016/j.tourman.2008.01.005.

CAMARGO, M. S.; FERREIRA, G. A.; NITSCHKE, L. B. Turismo rural de base agroecológica. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, 23 ago. 2018.

CAPORAL, F. R. (Org.). COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília: MDA, 2009.

CARDONA, J. R.; BASSI, D. Á.; SÁNCHEZ-FERNÁNDEZ, M. D. Gestión del Destino Turístico: Percepción de los Impactos Sostenibles. **RPER**, n. 53, p. 7–21, 2020.

CARIAS, F. P. S. **Convencional, orgânico ou agroecológico: que produto é esse?** Dissertação (Mestrado em Agroecologia) - Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Alegre, p. 68. 2021.

CELSONO, B. Agroecologia e Turismo Rural. Alternativa Viável para a Região. II Fórum Internacional de Turismo do Iguassu, Foz do Iguaçu, 2008. **Anais...** Disponível em: <<https://goo.gl/OTzwOr>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

COSTA, M. B. B. da. **Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas**. São Paulo. Expressão Popular, 2017. 141 p.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUTZEN, P. J.; STOERMER, E. F. The 'Anthropocene'. **International Geosphere-Biosphere Programme Newsletter**, v. 41, p. 17-18, 2000.

CSA BRASIL. Disponível em: <<https://csabrasil.org/csa/>>. Acesso em: 20 novembro. 2022.

DALMORA, E. Potencialidades e fragilidades para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC) em sinergia com a Agroecologia em Sergipe. XVII Seminário ANPTUR, 2020. **Anais...** Disponível em: <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/17/1753.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

EITA. Cooperativa Educação, Informação e Tecnologia para a Autogestão. Disponível em: <<https://eita.coop.br>>. Acesso em: 18 fevereiro. 2023.

ELVER H.; TUNACK, B. Efeitos dos agrotóxicos no direito à alimentação. Relatório A/HRC/34/48 de 24 jan 2017. IN: BURIGO, A. C., VAZ, B. A.; LONDRES, F.; NETTO, G. F., et al., orgs. **Caderno de estudos: saúde e agroecologia**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. v. 1. p. 23-48, 2019.

ELZEN, B. et al. (Eds.) Agroecological transitions. Changes and breakthroughs in the making. **Wageningen University and Research**, 2017. 302 p.

FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P. DO; COSTA, H. A. Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 3, 17 fev. 2017.

FAIRBNB. Disponível em: <<https://fairbnb.coop/>>. Acesso em: 18 fevereiro. 2023.

FARIA, A. A. da C. A construção da agroecologia no Brasil: uma historiografia em três tempos. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/3352/4035>>. Acesso em: 20 set. 43 2022.

FEITOSA, T. H. C.; FRANCA, M. J. P. da. Agrofloresta e Turismo Rural em Nova Olinda – CE. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 11, n. 1, p. 9-18, 2009.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. Ubu Editora, 2022.

FINATTO, R. A.; CORRÊA, W. A organização da Agricultura Familiar de base Agroecológica em Pelotas/RS. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 6, n. 11, p. 280-311, fev. 2011.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1967.

_____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1981.

_____. **Pedagogia da esperança: um encontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1992.

GARCIA, T.; FIGUEIRÓ, A.; DEGRANDI, S. M. Possibilidades para um Turismo de Base Comunitária na bacia do rio Camaquã (RS): um diálogo com o desenvolvimento baseado no território. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2013. DOI: 10.34024/rbecotur.2013.v6.6202. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6202>. Acesso em: 10 dez. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRARD, L. F.; NOCCA, F. From linear to circular tourism. **AESTIMUM**, v. 70, p. 51–74, 1 jun. 2017.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecology**. Researching the ecological basis for sustainable agriculture. London: Springer-Verlag, 1990.

_____, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Trad. Maria José Guazzelli. Porto Alegre: UFRGS, 2000. 653 p.

GOMES, B. S. A. et al. Potencialidades do turismo rural de base agroecológica em uma Comunidade Quilombola do Baixo Tocantins, Pará. **Agroecologia: métodos e técnicas para uma agricultura sustentável - volume 4**, v. 4, n. 1, p. 240–251, mar. 2021.

GÖTSCH, E. **Homem e Natureza Cultura na Agricultura**. 2 ed. Recife, 1997.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas (SP): Papirus, 1995.

GUIMARÃES, V. M. B.; NASCIMENTO, J. G. DO. Ecopolítica dos agrotóxicos: perspectivas críticas do desenvolvimento Norte-Sul. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFPA**, v. 10, n. 19, p. 504–528, 15 out. 2021.

GUTIÉRREZ, L. A. L. et al. Bioeconomia e sociobiodiversidade na perspectiva agroecológica para o bem viver. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 18, n. 1, p. 129-150, 2023. ISSN: 1980-9735. DOI: <https://doi.org/10.33240/rba.v18i1.23741>.

GUZMÁN, E. S. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre**, v. 2, n. 1, p. 35-45, 2001.

GUZMÁN, M. L. et al. **La memoria biocultural y sus aportes al turismo rural comunitario: el caso de las familias campesinas de Traslasierra, Córdoba, Argentina**. 2022. Dissertação de Mestrado. Universidad Internacional de Andalucía.

HALLACK, N.; BURGOS, A.; CARNEIRO, D. M. R. **Turismo de base comunitária: estado da arte e experiências brasileiras**. 2011. Disponível em: <<https://ruc.udc.es/dspace/handle/2183/11979>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

HERNANDEZ, A. The emergence of agroecology as a political tool in the Brazilian Landless Movement. **Local Environment**, v. 25, n. 3, p. 205-227, 2020.

HIRATA; A. R.; ROCHA; L. C. D. da; BERGAMASCO, S. M. P. P. Panorama nacional dos Sistemas Participativos de Garantia. In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. da (Org.). **Sistemas Participativos de Garantia do Brasil: história e experiências**. Pouso Alegre: IFSULMINAS, 2020. p. 10-44.

IANNOTTI, L. L.; Zavaleta, N.; LEONTSINI, E.; CLARO, R. M.; KUHLMANN, A. S. Sustainable agriculture in Latin America: An overview of successes, challenges, and future directions. **Annual Review of Environment and Resources**, 41, 217-244; 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>.

IPEA. APLICADA, B. I. DE P. E. **Caracterização e quadros de análise comparativa da governança metropolitana no Brasil: arranjos institucionais de gestão metropolitana (Componente 1): região metropolitana de Belo Horizonte**. 2015. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26503%3Arelatorio-de-pesquisa-caracterizacao-e-quadros-de-analise-comparativa-da>

governanca-metropolitana-no-brasil-arranjos-institucionais-de-gestao-metropolitana-componente-1-rm-de-belo-horizonte&catid=222%3Adirur&directory=1&Itemid=1>. Acesso em: 10 novembro. 2022.

IRVING, M. de A. Participação: questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento. In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. (Org.). **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002. p. 35-45.

_____. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Brasília: Letra e Imagem, 2009.

JACINTHO, C. R. dos S. **A Agroecologia, A Permacultura e o Paradigma Ecológico na Extensão Rural: Uma Experiência no Assentamento Colônia I – Padre Bernardo – Goiás**. 2007. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Política e Gestão Ambiental, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/vD9ZZo>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

KHATOUNIAN, C. A. A reconstrução ecológica da agricultura. **Botucatu: Agroecológica**, 2001. 348p.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. 128 p.

LAMPERT, A. **Over-exploitation of natural resources is followed by inevitable declines in economic growth and discount rate**. Nature Communications, v. 10, 2019.

LIMA, G. F. C. Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental. In: **Identidades da Educação Ambiental Brasileira** (P. P. Layrargues - Org.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2004.

LIMA, F. A. X.; SOUZA, G. S. C. de; MATTOS, J. L. S. Turismo Rural e Agricultura Familiar de base agroecológica: Uma experiência no município de Abreu e Lima – PE. **Monografias Ambientais REMOA/UFSM**, v. 10, n. 10, p. 2311 – 2317, out-dez 2012.

MAFFI, L. Biocultural diversity. In: **The International Encyclopedia of Anthropology**, 2018. p. 1-14.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina In: Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Brasília: Letra e Imagem, 2009.

MINAS GERAIS. **Lei Estadual n. 15.028, de 19 de janeiro de 2004**. Institui a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de Minas Gerais -PEFEPS. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/566/3/566.pdf>>. Acesso em: 16 fevereiro 2023.

_____. **Lei 21.146, de 14/01/2014.** Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – PEAPO – e dá outras providências. Diário do Executivo, Belo Horizonte, p. 2, 15 jan. 2014. Disponível em: Acesso em: 28 jul. 2022.

_____. **Lei 23.763, de 06/01/2021.** Institui a política estadual de turismo de base comunitária. Diário do Executivo, Belo Horizonte, p. 4, 7 jan. 2021. Disponível em: Acesso em: 27 jul. 2022.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.) et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MORAES, E. A.; IRVING, M. A.; MENDONÇA, T. C. M. Turismo de base comunitária na América Latina: uma estratégia em rede. **Turismo: Visão e Ação**, v. 20, n. 2, p. 249-265, 2018.

NASCIMENTO, A. T. A. et al. Diagnóstico e análise das políticas públicas de fomento à agricultura urbana e à produção agroecológica e orgânica em Belo Horizonte e região metropolitana. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 18, n. 2, p. 62–84, 31 mar. 2023.

NAVES, F.; FONTOURA, Y. Consciência crítica e resistência: reflexões Freirianas sobre a formação do movimento agroecológico em Araponga, Minas Gerais, Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 20, p. 289–301, 16 maio 2022.

ONU. (UNWTO). **Global Code of Ethics for Tourism for Responsible Tourism**. 2001. Disponível em: https://webunwto.s3.eu-west-1.amazonaws.com/imported_images/37802/gcetbrochureglobalcodeen.pdf. Acesso em: 15 ago. 2022.

_____. (UNWTO). **Sustainable Development of Tourism**. Madrid, 2018. Disponível em: <https://www.unwto.org/sustainable-development>. Acesso em: 13 out. 2022.

_____. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

_____. **UM Decade of Family Farming: Década das Nações Unidas da Agricultura Familiar (2019-2028)**. 2017. Disponível em: <<https://www.fao.org/family-farming-decade/home/en/>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

_____. **Marco estratégico de la FAO, 2021a**. Disponível em: <<https://www.fao.org/strategic-framework/es>>. Acesso em: 15 set. 2022.

_____. **UN Decade on Restoration**. 2021b. Disponível em: <<https://www.decadeonrestoration.org/>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

OPEN FOOD BRASIL. Disponível em: <<https://openfoodbrasil.com.br/>>. Acesso em: 18 fevereiro. 2023.

ORNELAS, G. M. **Agroecologia e política: ações coletivas e institucionalização da agroecologia no município de Belo Horizonte (1993-2020)**. Belo Horizonte, 2021. 166 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

OTERO, P. B. G.; NEIMAN, Z. Avanços e desafios da Educação Ambiental brasileira entre a Rio92 e a Rio+ 20. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 10, n. 1, p. 20-41, 2015.

PACHECO, C. S. G. R. et al. Fundamentos teórico-conceituais da transição agroecológica a partir de uma revisão integrativa. **Ambiente & Sociedade: Concepções, fundamentos, diálogos e práticas para conservação da natureza**, v. 1, n. 1, p. 289–309, jul. 2021.

PADOVANI, V. P.; GAIO, D. A agricultura urbana e suas aproximações com a legislação urbanística: o caso de Belo Horizonte. **Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico**, Porto Alegre, v. 16, n. 96, p. 30-43, jun./jul. 2021.

PASINI, F. S. **A Agricultura Sintrópica de Ernst Götsch: história, fundamentos e seu nicho no universo da Agricultura Sustentável**. 2017. Dissertação (Mestrado)-UFRJ, Rio de Janeiro.

PAULA, N. F. de; COSTA, I. B. da; PAULA, N. M. Saúde Coletiva e Agroecologia: necessárias conexões para materializar sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis. **Saúde em Debate**, v. 46, n. especial 2 jun., p. 262-276, 2022. Disponível em: <<https://www.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/5009>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

PERONI, N. Coleta e análise de dados quantitativos em etnobiologia: introdução ao uso de métodos multivariados. In: Amorozo, M. C. M.; Ming, L. G.; Silva, S. P. (Eds.). **Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas**. Rio Claro: UNESP/SBEE/CNPq, 2002. p. 155-180.

PERSSON, L. et al. Outside the Safe Operating Space of the Planetary Boundary for Novel Entities. **Environmental Science & Technology**, v. 56, n. 3, p. 1510–1521, 1 fev. 2022.

PORTUGUEZ, A. P. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. São Paulo: Hu-citec, 2002.

QUINTAS, J. S. Educação no processo de gestão ambiental: Uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In P. P. Layrargues (Ed.), **Identidades da educação ambiental brasileira** (pp. 113-140). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2004.

REDE TURISMO RURAL CONSCIENTE. Disponível em: <<https://turismoruralconsciente.com/>>. Acesso em: 10 abril. 2023.

REIS, A. C. F. **Diversidade cultural e biodiversidade: patrimônios interdependentes e pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável**. Salvador, 2006.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999

ROMANO, F. S.; SILVA, A. C. da; SOLHA, K. T. Turismo de base comunitária: A experiência da Associação Agroecológica Acolhida na Colônia/SC. IV Encontro Semintur Jr. UCS, Caxias do Sul, 2013. **Anais...** Disponível em: <<https://goo.gl/PnFL7X>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ROSSET, P.; VAL, V.; BARBOSA, L. P.; MCCUNE, N. Agroecology and La Via Campesina II. Peasant agroecology schools and the formation of a sociohistorical and political subject, **Agroecology and Sustainable Food Systems**, 2019. 43(7-8), 895-914.

SALUSTIANO, S. F. M. et al. A Educação ambiental e o Turismo ecológico. **ETD Educação Temática Digital**, v. 09, n. 01, p. 01–12, dez. 2007.

SAMPAIO, C. A. C.; LESAMA, M. F.; ARAUJO, J. R.; MENDEZ, E. O. **Perspectiva do turismo comunitário, solidário e sustentável**, SAMPAIO, C. A. C.; HENRIQUEZ, C.; MANSUR, C. (Orgs.). Turismo comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática. Blumenau, 2011: Edifurb.

SAMPAIO, C. A. C.; ZAMIGNAN, G. Estudo da demanda turística: experiência de turismo comunitário da microbacia do rio sagrado, Morretes (PR). **CULTUR: Revista de Cultura e Turismo**, v. 6, n. 1, p. 25–39, 2012.

SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Brasília: Letra e Imagem, 2009.

SANTILLI, J. Um pouco da história das agriculturas. p. 35-64. In: **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. Editora Petropolis. 2009. p. 520.

SANTOS, Â. A. et al. Interdisciplinaridade, agroecologia e o homem como sujeito ativo na relação com a natureza / Interdisciplinarity, agroecology and mna as an active subject in the relationship with nature. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 9, p. 69208–69225, 17 set. 2020.

SANTOS, L. A. C. Agroecologia e conhecimento tradicional: uma análise bibliométrica. **Tecnia**, v. 5, n. 1, p. 153-179, 2020.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record. 2001. 471 p.

SCHARER, R. Economia solidária e turismo de base comunitária—Uma experiência brasileira. **PAPESCA em Ação II**. Rio de Janeiro: Soltec/UFRJ, p. 60-67, 2015.

SCHMITT, C. J. Economia solidária e agroecologia: convergências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis. <http://www.ipea.gov.br>, fev. 2010.

SCHOLZ, T. **Cooperativismo de Plataforma**: contestando a economia do compartilhamento corporativa. Fundação Rosa Luxemburgo; Editora Elefante; Autonomia Literária: São Paulo, 2016.

SHARPLEY, R. **Tourism and Development**: Concepts and Issues. Channel View Publications, 2014.

SIERRA BRAVO, R. **Técnicas de Investigación Social**: Teoría y ejercicios. Madrid. Editorial Paraninfo. 2001.

SILVA, T. T. da; DRUMOND, M. A.; BAKKE, I. A. Agroflorestra no Semiárido Cearense: Uma Experiência de Sucesso no Município de Nova Olinda. II Congresso Internacional da Realidade Semiárida & III Simpósio Alagoano sobre Ecossistemas do Semiárido, 2014. **Anais...** Disponível em: <<https://goo.gl/Tkosud>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SILVA, A. C. F.; REIS, T. M. dos.; ORNELAS, G. M. **Participação e certificação orgânica**: Redes Agroecológicas na construção do Sistema Participativo de Garantia da Região Metropolitana de Belo Horizonte. IX SINGA, 2019.

SILVA, F. M. et al. Práticas agroecológicas como atrativos para o turismo de base comunitária na zona da mata sul de Pernambuco. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 16 ago. 2020.

SILVEIRA, S. A. **Software livre**: A luta pela liberdade do conhecimento. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, Brasil. 2004.

SINGER, P. I. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SRNICEK, N. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

STÊNICO, J. A. G.; PAES, M. S. P. Paulo Freire e os movimentos sociais: uma análise da conjuntura brasileira. **Educación**, v. 26, n. 50, p. 47-61, 2017.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS. N. **Memória biocultural**: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular: 2015. 272 p.

_____. A Etnoecologia: Uma Ciência Pós-Normal que estuda as Sabedorias Tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 33, p. 5-26, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-952X2015000100002&script=sci_abstract. Acesso em: 14 maio 2023.

URRY, J. (2001): **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel.

VIDIGAL, V. Ininterrupto e infinito: o trabalho no capitalismo de plataforma. **REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO SOCIAL**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 71–84, 2021. Disponível em:

<https://rbds.emnuvens.com.br/rbds/article/view/148>. Acesso em: 16 fevereiro. 2023.

WEZEL, A. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009.

WEZEL, A.; SOLDAT, V. A quantitative and qualitative historical analysis of the scientific discipline of agroecology. **International Journal of Agricultural Sustainability**, v. 7, n. 1, p. 3-18, 2009. Disponível em:<

https://www.academia.edu/4385314/A_quantitative_and_qualitative_historical_analysis_of_the_scientific_discipline_of_agroecology>. Acesso em: 22 set. 2022.

CANDIOTTO, L. Z. P. Agroecologia: Conceitos, princípios e sua multidimensionalidade.

AMBIENTES: **Revista de Geografia e Ecologia Política**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 25, 2020. DOI: 10.48075/amb.v2i2.26583. Disponível em:

<https://saber.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/26583>. Acesso em: 15 fevereiro. 2023.

ZANK, S. et al. **Diversidade biocultural na escola**: reflexões e práticas para professoras e professores - Porto Alegre: SBEE, 2021. Disponível em:

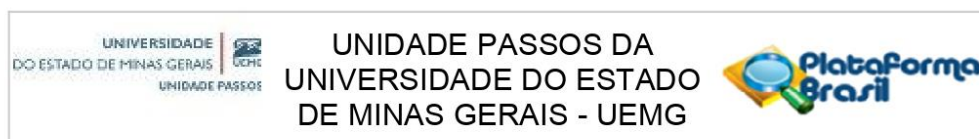
<<https://acervo.socioambiental.org/acervo/livros/diversidade-biocultural-na-escola-reflexoes-e-praticas-para-professoras-e-professores>>. Acesso em: 17 novembro. 2022.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo. **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Brasília: Letra e Imagem, 2009.

ANEXOS

Anexo 1 – Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa	81
---	----

Anexo 1: Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AgroEcoTur: Pesquisa, Inovação e Sustentabilidade integrando Agroecologia e Turismo de Base Comunitária.

Pesquisador: GUSTAVO TOFANIN CRISTOFOLI

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 59909221.4.0000.5112

Instituição Proponente: Unidade UEMG: Campus Frutal

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.677.650

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa, (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1731974, gerado na Plataforma Brasil em 06/09/2022.

RESUMO:

Este projeto propõe-se a (i) pesquisar as interfaces e sinergismos entre espaços agroecológicos (EAs) ou propriedades de agricultura familiar em processo de transição agroecológica com o turismo de base comunitária (TBC) e a (ii) desenvolver uma ferramenta digital de inovação tecnológica e social, capaz de aproximar proprietários e gestores de EAs de turistas e visitantes interessados em agroecologia e em reconectar-se com o seu alimento, com a natureza e com a terra. A visão é estimular a transição agroecológica, a ecologia cívica, a economia criativa e a sustentabilidade, valendo-se das oportunidades da sociedade 4.0, interconectada e pressionada por mudanças em seu modo de ser e de existir. O desenvolvimento do projeto se dará em três etapas consecutivas: (1) Pesquisa de base voltada à compreensão do cenário, dos potenciais sinergismos e das perspectivas dos EAs em receber e agregar o TBC como oportunidade estratégica de diversificação de renda; (2) Planejamento, delineamento e documentação do projeto de software com as características e configurações que precisarão compor o produto mínimo viável da ferramenta, com soluções de integração do TBC em EAs; e (3) Prototipagem, codificação e

Endereço: Rua Dr Carvalho 1147, Bloco 2, sala 01A

Bairro: Belo Horizonte

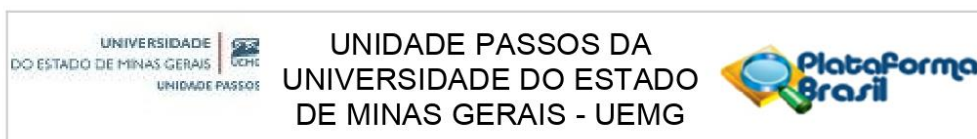
CEP: 37.900-117

UF: MG

Município: PASSOS

Telefone: (35)3529-6031

E-mail: cep.passos@uemg.br



Continuação do Parecer: 5.677.650

programação da versão alpha da AgroEcoTur, para posteriores ciclos de testagens, aprimoramentos e atualizações do sistema, até ascender ao desenvolvimento da versão beta.

HIPÓTESE (se houver)

O sinergismo entre espaços agroecológicos (EAs) e o turismo de base comunitária (TBC) precisa ser melhor investigado, compreendido e explorado. Este projeto irá contribuir com esse contexto e pesquisar o cenário, as condições, as necessidades, os requisitos e as perspectivas dos EAs em receber, agregar e difundir o TBC como oportunidade estratégica. O projeto tem, portanto, potencial de gerar dados úteis para a compreensão das interfaces entre agroecologia e turismo sustentável e de desenvolver uma inovação tecnológica e social capaz de contribuir com a transição agroecológica, com a economia criativa e com a sustentabilidade

METODOLOGIA

Inicialmente haverá a definição dos grupos de EAs parceiros para participarem das etapas seguintes do projeto. A pesquisa acontecerá a partir da elaboração, teste, adequação e aplicação de questionários ou entrevistas com o grupo amostral de EAs e da visita a pelo menos algumas destas propriedades; pretende-se compreender e identificar os principais desafios, oportunidades, critérios e requisitos a serem trabalhados para viabilizar a aproximação pretendida entre EAs e visitantes de TBC. Além destes dados primários, dados secundários serão obtidos através da revisão em literatura e plataformas especializadas em economia criativa, ecologia cívica, inovações sociais tecnológicas, TBC e EAs. Os resultados da pesquisa proposta pelo objetivo específico 1 possibilitará avançar no objetivo específico 2 e na segunda etapa do projeto, com o planejamento, delineamento e documentação do projeto de software com as características e configurações que precisarão compor o produto mínimo viável (MVP) da ferramenta com soluções de integração do TBC em EAs. Esta fase do trabalho buscará projetar as primeiras versões do sistema para fomentar e incentivar a integração entre EAs e TBC, a qual será, posteriormente, testada e aperfeiçoada junto a esses atores que comporão o piloto da ferramenta. Como contrapartida para estes colaboradores iniciais, o projeto oferecerá duas oficinas on-line de nivelamento e capacitação destas propriedades. O conteúdo desta oficina será planejado conforme demandas observadas na pesquisa base (objetivo específico 1) junto aos colaboradores em agroecologia e TBC do projeto. Espera-se que essa estratégia contribua para adesão dessas EAs iniciais ao projeto. A terceira etapa do projeto irá prototipar, codificar e programar a versão alpha da plataforma AgroEcoTur, para posteriores ciclos de testagens, manutenções e validações junto aos usuários parceiros deste piloto da ferramenta (proprietários de EAs e praticantes de TBC).

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO.

Endereço: Rua Dr Carvalho 1147, Bloco 2, sala 01A

Bairro: Belo Horizonte

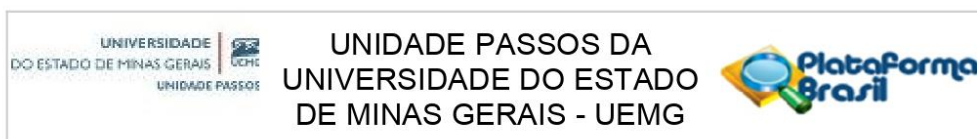
CEP: 37.900-117

UF: MG

Município: PASSOS

Telefone: (35)3529-6031

E-mail: cep.passos@uemg.br



Continuação do Parecer: 5.677.650

Participarão do grupo amostral somente agricultores agroecológicos atuantes em organizações participantes do SPG (Sistema de Participação Garantida), considerando apenas um representante por unidade produtiva agroecológica ou em transição agroecológica, no estado de Minas Gerais.

CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Não se inclui no grupo amostral, pessoas que não trabalham com agroecologia em organizações participantes do SPG, no estado de Minas Gerais.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário

Estimular a transição agroecológica, a ecologia cívica, a economia criativa e a sustentabilidade através da integração entre espaços de agroecologia com o turismo de base comunitária, valendo-se do desenvolvimento de uma ferramenta digital de inovação tecnológica e social.

Objetivo Secundário

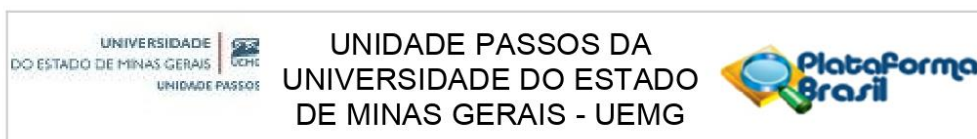
(1) Compreender o cenário, as condições, as necessidades, os requisitos e as perspectivas dos espaços agroecológicos em receber, agregar e difundir o turismo de base comunitária como oportunidade estratégica. (2) Delineamento de soluções técnicas, concepção, planejamento e documentação do projeto de software com as características e configurações que irão compor o produto mínimo viável (MVP) da ferramenta de integração do turismo de base comunitária em espaços agroecológicos. (3) Construção do sistema (projetos gráficos, guia de estilos, prototipação, modelagem de banco de dados, codificação de funcionalidades, etc.), seguido por ciclos de testagens, aprimoramentos, manutenções e validações junto aos usuários parceiros (proprietários de EAs e praticantes de TBC).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Avaliação dos Riscos

Não conseguimos prever ou mensurar exatamente eventuais riscos ao realizar a pesquisa, além da possibilidade de gerar sensações de cansaço, constrangimento ou algo similar. Para amenizar os possíveis riscos, as etapas serão todas executadas considerando a situação física, psicológica, social e educacional dos participantes, com os devidos consentimentos e respeitando os critérios estipulados na Resolução CNS 196/96, como autonomia, beneficência, não maleficência, justiça e equidade. A priori, as entrevistas e/ou questionários serão aplicados de forma remota para evitar possíveis danos pela pandemia de COVID-19. Possíveis visitas acontecerão somente com o agendamento prévio e o devido consentimento dos participantes, seguindo todos os

Endereço: Rua Dr Carvalho 1147, Bloco 2, sala 01A
Bairro: Belo Horizonte **CEP:** 37.900-117
UF: MG **Município:** PASSOS
Telefone: (35)3529-6031 **E-mail:** cep.passos@uemg.br



Continuação do Parecer: 5.677.650

procedimentos de proteção contra o coronavírus, recomendados pela OMS. Os possíveis riscos se justificam pela importância dos benefícios almejados.

Benefícios:

O projeto tem como objetivo estimular a ecologia cívica, a economia criativa, a sustentabilidade, a transição agroecológica e, intrinsecamente, a segurança alimentar, que gera benefícios sociais e ambientais, que impactam aspectos da saúde humana direta e indiretamente, individual e coletivamente. Também almejamos oferecer cursos e/ou oficinas de capacitação para os participantes da pesquisa e das demais etapas do projeto, visando melhorar as condições de vida e de geração de renda, por meio de instruções sobre agroecologia e turismo de base comunitária.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto de pesquisa aprovado pelo Edital PAPq/UEMG. 30 participantes. Previsão de início em 06 de agosto de 2022 e encerramento do estudo em 23 de dezembro de 2022.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Recomendações:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

No documento intitulado PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1731974, gerado na Plataforma Brasil em 06/09/2022, lê-se:

1) Critérios de Inclusão e Exclusão:

Solicita-se que sejam apresentados os critérios de inclusão e exclusão.

Pendência atendida.

Quanto aos documentos intitulados "Termo de Consentimento Livre Esclarecido", submetido em 06/09/2022, lê-se:

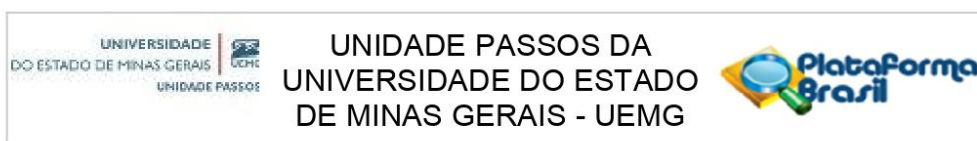
2) Ausência de Endereço do CEP

Resolução 466/2012 Inciso IV.5, alínea D. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em ambas as vias deverão constar o endereço e contato telefônico ou outro, dos responsáveis pela pesquisa e do CEP local e da CONEP.

Rua Dr. Carvalho, 1147, bloco 02, sala 01A, bairro Belo Horizonte, CEP: 37900-117, Passos, MG. Tel.: 35 3529 6031, e-mail: cep.passos@uemg.br

Pendência atendida.

Endereço: Rua Dr Carvalho 1147, Bloco 2, sala 01A	
Bairro: Belo Horizonte	CEP: 37.900-117
UF: MG	Município: PASSOS
Telefone: (35)3529-6031	E-mail: cep.passos@uemg.br



Continuação do Parecer: 5.677.650

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciadas no CEP, conforme Resolução CNS nº 466/12, item XI.2.d e Resolução CNS nº 510/16, art. 28, item 5. Solicita-se também que sejam apresentados os resultados aos participantes e/ou instituição local da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciadas no CEP, conforme Resolução CNS nº 466/12, item XI.2.d e Resolução CNS nº 510/16, art. 28, item 5. Solicita-se também que sejam apresentados os resultados aos participantes e/ou instituição local da pesquisa.

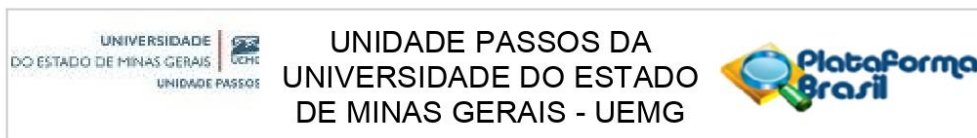
Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1731954.pdf	06/09/2022 11:53:08		Aceito
Outros	CartaRespostaPendencia2_TCLE.docx	06/09/2022 11:49:50	GUSTAVO TOFANIN CRISTOFOLI	Aceito
Outros	CartaRespostaPendencia1_CriteriosInclusaoExclusao.docx	06/09/2022 11:49:21	GUSTAVO TOFANIN CRISTOFOLI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_ESCLARECIDO_TCLE.docx	06/09/2022 11:28:13	GUSTAVO TOFANIN CRISTOFOLI	Aceito
Outros	TermoDeAnuencia_AgroEcoTur.pdf	22/06/2022 12:50:17	GUSTAVO TOFANIN CRISTOFOLI	Aceito
Outros	Questionario_AgroEcoTur.docx	22/06/2022 01:19:53	GUSTAVO TOFANIN CRISTOFOLI	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	22/06/2022 01:11:20	GUSTAVO TOFANIN CRISTOFOLI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	AgroEcoTur_pesquisa_inovacao_e_sustentabilidade_que_conecta_agroecologia_e_turismo_sustentavel.pdf	14/04/2021 22:43:44	GUSTAVO TOFANIN CRISTOFOLI	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	13/04/2021 13:13:19	GUSTAVO TOFANIN CRISTOFOLI	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Rua Dr Carvalho 1147, Bloco 2, sala 01A
Bairro: Belo Horizonte **CEP:** 37.900-117
UF: MG **Município:** PASSOS
Telefone: (35)3529-6031 **E-mail:** cep.passos@uemg.br



Continuação do Parecer: 5.677.650

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PASSOS, 30 de Setembro de 2022

Assinado por:
Walisete de Almeida Godinho Rosa
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Dr Carvalho 1147, Bloco 2, sala 01A
Bairro: Belo Horizonte **CEP:** 37.900-117
UF: MG **Município:** PASSOS
Telefone: (35)3529-6031 **E-mail:** cep.passos@uemg.br

APÊNDICES

Apêndice 1 – Termo de consentimento livre e esclarecido e questionário autoaplicável	88
Apêndice 2 – Análise exploratória das associações entre variáveis selecionadas	96
Apêndice 3 – Registros fotográficos de trabalho de campo	101

Apêndice 1: Termo de consentimento livre e esclarecido e questionário autoaplicável

**AGROECOTUR: PESQUISA, INOVAÇÃO E
SUSTENTABILIDADE INTEGRANDO AGROECOLOGIA E
TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA**

Você está sendo convidada(o) como voluntária(o) a participar da pesquisa “AgroEcoTur: Pesquisa, Inovação e Sustentabilidade integrando Agroecologia e Turismo de Base Comunitária”, vinculada ao mestrado acadêmico em Ciências Ambientais da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

Esta pesquisa propõe-se a investigar as interfaces e as sinergias entre espaços agroecológicos ou unidades produtivas de agricultura familiar em processo de transição agroecológica com o turismo de base comunitária. Os resultados serão compartilhados com a comunidade científica e com tomadores de decisão, lideranças, produtores e quaisquer cidadãos interessados. Um dos possíveis desdobramentos desta pesquisa é o desenvolvimento de um ponto de encontro digital para aproximar unidades produtivas e gestores de espaços agroecológicos de turistas e visitantes interessados em agroecologia e em reconectar-se com o seu alimento, com a natureza e com a terra.

COMO SERÁ SUA CONTRIBUIÇÃO? Ao responder este questionário eletrônico você estará aceitando colaborar com este estudo. Você responderá questões sobre agroecologia, turismo de base comunitária e suas conexões. Sua contribuição é muito importante e tomará poucos minutos do seu tempo.

Todos os dados serão tratados de maneira geral e não personalizada. Sua privacidade será respeitada e mantida sobre absoluto sigilo, ou seja, seu nome ou qualquer dado ou elemento que possa, de qualquer forma, te identificar serão mantidos em completo anonimato. Essas informações serão restritas aos pesquisadores, que se responsabilizam pela guarda e confidencialidade dos seus dados.

Agradecemos sua participação e nos disponibilizamos a esclarecer quaisquer dúvidas a qualquer momento.

E-mail e contato do pesquisador responsável: gu.tofanin@gmail.com; +55 (17) 99701-4485.

**Obrigatório*

Email*

PERFIL DO(A) RESPONDENTE

1. Nome completo*

2. Celular*

3. Idade*

4. Município (MG)*

Marcar apenas uma alternativa.

- | | |
|--------------------------------------|--|
| ☐ Baldim | ☐ Mateus Leme |
| ☐ Belo Horizonte | ☐ Matozinhos |
| ☐ Betim | ☐ Nova Lima |
| ☐ Brumadinho | ☐ Nova União |
| ☐ Caeté | ☐ Pará de Minas |
| ☐ Capim Branco | ☐ Pedro Leopoldo |
| ☐ Confins | ☐ Raposos |
| ☐ Contagem | ☐ Ribeirão das Neves |
| ☐ Esmeraldas | ☐ Rio Acima |
| ☐ Florestal | ☐ Rio Manso |
| ☐ Ibirité | ☐ Sabará |
| ☐ Igarapé | ☐ Santa Luzia |
| ☐ Itaguara | ☐ São Joaquim de Bicas |
| ☐ Itatiaiuçu | ☐ São José da Lapa |
| ☐ Itaúna | ☐ Sarzedo |
| ☐ Jabuticatubas | ☐ Taquaraçu de Minas |
| ☐ Juatuba | ☐ Vespasiano |
| ☐ Lagoa Santa | ☐ Outro: |
| ☐ Manhuaçu | <hr/> |
| ☐ Mário Campos | |

5. Escolaridade*

Marcar apenas uma alternativa.

- ☐ Sem ensino formal
- ☐ Ensino básico
- ☐ Ensino fundamental
- ☐ Ensino médio
- ☐ Ensino técnico
- ☐ Ensino superior
- ☐ Pós-graduação

6. Você participa de alguma organização agroecológica ou de agricultura familiar?*

Marcar apenas uma alternativa.

- ☐ Sim
- ☐ Não

7. Caso tenha respondido sim, de qual organização agroecológica ou de agricultura familiar você participa?

PERFIL AGROECOLÓGICO

8. Quais atividades agroecológicas você realiza na sua unidade produtiva? *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Produção Animal
- ☐ Produção Vegetal
- ☐ Processamento de Produtos de Origem Vegetal
- ☐ Processamento de Produtos de Origem Animal
- ☐ Processamento de Insumos Agrícolas
- ☐ Processamento de Insumos Pecuários
- ☐ Processamento de Fitoterápicos
- ☐ Processamento de Cosméticos
- ☐ Processamento de Produtos Têxteis
- ☐ Produção de Cogumelos Comestíveis
- ☐ Extrativismo Sustentável Orgânico
- ☐ Produção de Sementes e Mudas
- ☐ Outra: _____

9. Dentre as atividades realizadas em sua propriedade, quais você considera que possuem potencial turístico? Por quê?*

10. Sua produção acontece em:*

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Propriedade Particular
- ☐ Horta Comunitária
- ☐ Assentamento Urbano
- ☐ Assentamento Rural
- ☐ Acampamento Urbano
- ☐ Acampamento Rural
- ☐ Área Arrendada
- ☐ Outra: _____

11. Qual tamanho da sua unidade produtiva?*

Marcar apenas uma alternativa.

- ☐ Até 500m²
- ☐ Maior que 500 até 1.000m²
- ☐ Maior que 1.000 até 2.000m²
- ☐ Maior que 2.000 até 3.000m²
- ☐ Maior que 3.000 até 5.000m²
- ☐ Maior que 5.000 até 10.000m²
- ☐ Maior que 10.000m²

12. Considerando você, quantas pessoas trabalham na sua unidade produtiva?*

Marcar apenas uma alternativa.

- ☐ Até 2 pessoas
- ☐ 3 a 4 pessoas
- ☐ 5 a 7 pessoas
- ☐ 8 a 10 pessoas
- ☐ Mais de 10 pessoas

13. A renda gerada na sua unidade produtiva é satisfatória? *

Marcar apenas uma alternativa.

- ☐ Sim
- ☐ Geralmente sim, mas seria interessante um incremento na renda
- ☐ Não, e é urgente diversificar e incrementar a renda gerada
- ☐ Não

PERFIL TECNOLÓGICO

14. Com que frequência você acessa a internet? *

Marcar apenas uma alternativa.

- ☐ Todos os dias, várias vezes ao dia
- ☐ Todos os dias, uma vez ao dia
- ☐ 4 dias na semana
- ☐ 2 dias na semana
- ☐ Uma vez por semana
- ☐ Raramente
- ☐ Nunca

15. Como você acessa a internet na sua unidade produtiva? *

Marcar apenas uma alternativa.

- ☐ Via wi-fi e dados móveis
- ☐ Somente via wi-fi
- ☐ Somente via dados móveis
- ☐ Não acesso internet na minha unidade produtiva
- ☐ Não acesso à internet de nenhum lugar
- ☐ Outra: _____

16. Em qual(is) dispositivo(s) você acessa a internet? *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Computador
- ☐ Celular
- ☐ Tablet
- ☐ Outra: _____

PERFIL TURÍSTICO

17. Para você, o que é turismo de base comunitária? *

18. O seu espaço ou unidade produtiva, como é hoje, teria condição de receber quantas pessoas?*

Marcar apenas uma alternativa.

- ☐ Até 2 pessoas
- ☐ 3 a 4 pessoas
- ☐ 5 a 7 pessoas
- ☐ 8 a 10 pessoas
- ☐ Mais de 10 pessoas
- ☐ Atualmente não há condições de receber visitantes

19. Por que atualmente não há condições de receber visitantes em seu espaço?

(Somente se você respondeu "Atualmente não há condições de receber visitantes" na questão anterior)

20. Você já utilizou ou utiliza algum canal digital para atrair visitantes?*

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Airbnb
- ☐ Booking
- ☐ Facebook
- ☐ Instagram
- ☐ Twitter
- ☐ WhatsApp
- ☐ Não, mas divulgo nas feiras de produtos orgânicos e agroecológicos
- ☐ Não, mas gostaria de utilizar um canal digital
- ☐ Outro: _____

21. Quais outros atrativos turísticos você indicaria no seu espaço ou no entorno?*

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Vivências agroecológicas
- ☐ Alimentação natural

- ☐ Comidas típicas
- ☐ Festividades tradicionais
- ☐ Cachoeiras
- ☐ Rios
- ☐ Montanhas
- ☐ Piscinas naturais
- ☐ Agrofloresta
- ☐ Biodiversidade e presença de espécies carismáticas (ex. loboguará, muriqui, aves, etc.)
- ☐ Outra: _____

22. Qual(is) mês(es) do ano você considera mais propício(s) para receber visitas?

*Aponte na questão 27 as dificuldades relacionadas aos meses de não visitação.
 Marcar tudo o que for aplicável.*

- ☐ Janeiro
- ☐ Fevereiro
- ☐ Março
- ☐ Abril
- ☐ Maio
- ☐ Junho
- ☐ Julho
- ☐ Agosto
- ☐ Setembro
- ☐ Outubro
- ☐ Novembro
- ☐ Dezembro

23. Você já recebeu ou recebe visitantes (turistas, alunos, pesquisadores, curiosos, amigos, etc...) em sua propriedade?

Marcar somente uma alternativa.

- ☐ Sim, sempre
- ☐ Sim, frequentemente
- ☐ Sim, raramente
- ☐ Sim, somente uma vez
- ☐ Nunca recebi visitantes, mas quero receber
- ☐ Outra: _____

24. Dos visitantes que você já recebeu em sua propriedade, quantos contrib iram (pagando, comprando produtos ou fazendo trocas)?

*Caso tenha assinalado uma das opções "sim" da questão anterior.
 Marcar somente uma alternativa.*

- ☐ Todos
- ☐ A maioria
- ☐ Metade

- Poucos
- Nenhum

25. Por quanto tempo em média foram as visitas?

Caso tenha assinalado uma das opções "sim" da questão 21.

Marcar somente uma alternativa.

- Somente durante um dia
- Uma noite
- Duas noites
- Três noites
- Até uma semana
- Mais de uma semana
- Somente no final de semana
- Outra: _____

26. No total, quantas pessoas você já recebeu?

Caso tenha assinalado uma das opções "sim" da questão 21.

Marcar somente uma alternativa.

- Até 2 visitantes
- De 3 a 5 visitantes
- De 6 a 10 visitantes
- De 11 a 20 visitantes
- De 21 a 50 visitantes
- De 50 a 100 visitantes
- Mais de 100 visitantes
- Outra: _____

27. Que perfil de visitantes você gostaria de receber? *

28. Que perfil de visitantes você não gostaria de receber? *

29. Quais são as DIFICULDADES ou desafios em receber visitas turísticas em sua unidade produtiva?*

30. Quais são as OPORTUNIDADES e facilitadores em receber visitas turísticas em sua unidade produtiva?*

31. Caso tenha algo que você gostaria de comentar ou compartilhar sobre suas vivências e/ou sobre a relação entre a agroecologia e o turismo de base comunitária, fique à vontade.

Apêndice 2: Análise exploratória das associações entre variáveis selecionadas

Associação entre idade e uso de canais digitais para atrair visitantes

```
tabulate idadecat2 canalnetcat1 , col chi2 exact
```

idadecat2	canalnetcat1		Total
	Não usa	Usa	
<55	10 41.67	7 77.78	17 51.52
>=55	14 58.33	2 22.22	16 48.48
Total	24 100.00	9 100.00	33 100.00

Fisher's exact = 0.118

Associação entre escolaridade e uso de canais digitais para atrair visitantes

```
tabulate escolcat2 canalnetcat1 , col chi2 exact
```

escolcat2	canalnetcat1		Total
	Não usa	Usa	
Até ensino médio/téc	14 58.33	6 66.67	20 60.61
Graduação/Pós-graduaç	10 41.67	3 33.33	13 39.39
Total	24 100.00	9 100.00	33 100.00

Fisher's exact = 1.000

Associação entre tipo de posse da propriedade e número de trabalhadores no EA.

```
tabulate prop1 trabcat2 , col chi2 exact
```

prop1	trabcat2		Total
	<=4	>=5	
Particular	15 71.43	6 50.00	21 63.64
Não particular	6 28.57	6 50.00	12 36.36
Total	21 100.00	12 100.00	33 100.00

Pearson chi2(1) = 1.5153 Pr = 0.218

Associação entre tipo de posse da propriedade e satisfação com a renda

```
tabulate prop1 rendacat , col chi2 exact
```

prop1	rendacat		Total
	Sim	Não	
Particular	10 83.33	11 52.38	21 63.64
Não particular	2 16.67	10 47.62	12 36.36
Total	12 100.00	21 100.00	33 100.00

Fisher's exact = 0.133

Associação entre tipo de posse da propriedade e capacidade de recepção de visitantes

```
tabulate prop1 capacreceptat2 , col chi2 exact
```

prop1	capacreceptat2		Total
	0-10	>10	
Particular	13 81.25	8 47.06	21 63.64
Não particular	3 18.75	9 52.94	12 36.36
Total	16 100.00	17 100.00	33 100.00

Fisher's exact = 0.071

Associação entre tipo de posse da propriedade e regularidade na recepção de visitantes

```
tabulate prop1 recebvisitcat , col chi2 exact
```

prop1	recebvisitcat		Total
	Sim, semp	Raramente	
Particular	13 59.09	8 72.73	21 63.64
Não particular	9 40.91	3 27.27	12 36.36
Total	22 100.00	11 100.00	33 100.00

Fisher's exact = 0.703

Associação entre tamanho da propriedade e número de trabalhadores no EA.

```
tabulate tamanhocat trabcat2 , col chi2 exact
```

tamanhocat	trabcat2		Total
	<=4	>=5	
<=2.000m2	8 38.10	6 50.00	14 42.42
2.001-10.000m2	6 28.57	3 25.00	9 27.27
>10.000m2	7 33.33	3 25.00	10 30.30
Total	21 100.00	12 100.00	33 100.00

Fisher's exact = 0.900

Associação entre tamanho da propriedade e capacidade de recepção de visitantes

```
tabulate tamanhocat capacreceptcat2 , col chi2 exact
```

tamanhocat	capacreceptcat2		Total
	0-10	>10	
<=2.000m2	7 43.75	7 41.18	14 42.42
2.001-10.000m2	3 18.75	6 35.29	9 27.27
>10.000m2	6 37.50	4 23.53	10 30.30
Total	16 100.00	17 100.00	33 100.00

Fisher's exact = 0.556

Associação entre tamanho da propriedade e regularidade na recepção de visitantes

```
tabulate tamanhocat recebvisitcat2 , col chi2 exact
```

tamanhocat	recebvisitcat2		Total
	Sempre	Frequente	
<=2.000m2	7 50.00	7 36.84	14 42.42
2.001-10.000m2	2 14.29	7 36.84	9 27.27
>10.000m2	5 35.71	5 26.32	10 30.30
Total	14 100.00	19 100.00	33 100.00

Fisher's exact = 0.408

Associação entre tamanho da propriedade e quantidade de visitantes que já recebeu

```
tabulate tamanhocat totvisitcat, col chi2 exact
```

tamanhocat	totvisitcat			Total
	<=20	21-100	>100	
<=2.000m2	7	2	3	12
	63.64	18.18	37.50	40.00
2.001-10.000m2	2	4	3	9
	18.18	36.36	37.50	30.00
>10.000m2	2	5	2	9
	18.18	45.45	25.00	30.00
Total	11	11	8	30
	100.00	100.00	100.00	100.00

Fisher's exact = 0.312

Associação entre número de trabalhadores no EA e capacidade de recepção de visitantes

```
tabulate trabcat2 capacrepcat2 , col chi2
```

trabcat2	capacrepcat2		Total
	0-10	>10	
<=4	10	11	21
	62.50	64.71	63.64
>=5	6	6	12
	37.50	35.29	36.36
Total	16	17	33
	100.00	100.00	100.00

Pearson chi2(1) = 0.0173 Pr = 0.895

Associação entre número de trabalhadores no EA e quantidade de visitantes que já recebeu

```
tabulate trabcat2 totvisitcat, col exact
```

trabcat2	totvisitcat			Total
	<=20	21-100	>100	
<=4	6	8	6	20
	54.55	72.73	75.00	66.67
>=5	5	3	2	10
	45.45	27.27	25.00	33.33
Total	11	11	8	30
	100.00	100.00	100.00	100.00

Fisher's exact = 0.696

Associação entre capacidade de recepção de visitantes e visitação com pernoite

```
tabulate capacrecep cat2 dtvisitcat, col exact
```

capacrecep cat2	dtvisitcat		Total
	Sem perno	Com perno	
0-10	8	8	16
	42.11	66.67	51.61
>10	11	4	15
	57.89	33.33	48.39
Total	19	12	31
	100.00	100.00	100.00

Fisher's exact = 0.273

Associação entre uso de canais digitais para atrair visitantes e quantidade de visitantes que já recebeu

```
tabulate canalnetcat1 totvisitcat, col chi2 exact
```

canalnetca t1	totvisitcat			Total
	<=20	21-100	>100	
Não usa	10	6	6	22
	90.91	54.55	75.00	73.33
Usa	1	5	2	8
	9.09	45.45	25.00	26.67
Total	11	11	8	30
	100.00	100.00	100.00	100.00

Fisher's exact = 0.198

Apêndice 3: Registros fotográficos de trabalho de campo



